

*Comemore conosco
os 9 anos do
EM TEMPO.*

EM TEMPO:

Periódico Nacional • Ano VIII • Setembro de 1986 • Cz\$ 4,00 • Nº 212

GREVES PLANO CRUZADO NA HORA DA VERDADE



BROSSARD: CAPATAZ DOS PATRÕES

O ministério do Exército trocou a doutrina da solidariedade irrestrita com os torturadores por outra segundo a qual o crime não existe mais.



Paulo César da Rosa

A segunda morte de Rubens Paiva

Há cerca de um mês foi reaberto o caso de um dos 125 desaparecidos políticos brasileiros. Seu nome: Rubens Paiva, ex-deputado federal pelo PTB, cassado em 64, preso dia 20 de janeiro de 1971 no Rio de Janeiro por agentes da Aeronáutica, torturado e morto nas dependências do DOI-CODI. Oficialmente, segundo versão de uma sindicância conduzida pe-

lo Major Ney Mendes e referendada pelo general Sylvio Frota, comandante do I Exército, Rubens Paiva não morreu e sim fugiu seqüestrado por um grupo armado, "possivelmente terrorista".

Com a reabertura do caso, estão surgindo testemunhas. Uma delas é a do médico Amílcar Lobo, que servia nos órgãos de segurança e contou que atendeu o ex-deputado nu-

ma cela do segundo andar do DOI no Rio de Janeiro massacrado por torturas, agonizante e com uma hemorragia interna que certamente o levou a morte. Este depoimento confirma a versão a que a própria família de Rubens Paiva chegou após anos de espera e sofrimento. Em 1978, em depoimento ao jornal *Em Tempo*, a esposa do ex-deputado afirmava estar convencida de que seu

marido havia sido assassinado sob tortura no dia seguinte ao da sua prisão (ver matéria abaixo).

O roteiro da morte

Rubens Paiva era amigo de Almino Afonso, a quem havia visitado no exílio no Chile em 69. No dia 20 de janeiro de 71, ao meio dia, em sua casa, Rubens recebe um telefonema de um mulher que diz ter uma carta do Chile para ele. Pouco depois, quatro agentes da Aeronáutica invadem sua residência armados de metralhadora. Um deles fica na casa e mantém a família do ex-deputado em cárcere privado durante 24 horas. Os outros três levam o prisioneiro em seu próprio carro até a 3ª Zona Aérea. Ai, Rubens Paiva sofre a primeira sessão de tortura. Dali é transferido para o DOI-CODI onde passa por nova sessão de tortura. Sua esposa e filha, então com 15 anos, são encapuçados e levados para um local que até hoje ignoram qual é. Permanecem assim todo o tempo, e só o que conseguem ouvir é a voz dos interrogadores entremeadas por gritos de dor na sala ao lado. Sua filha é solta no dia seguinte. Sua esposa permanece sob interrogatório durante 13 dias. Rubens Paiva provavelmente já estava morto no segundo dia ao da sua prisão.

A mentira oficializada

Para encobrir o assassinato, o DOI-CODI montou uma história mirabolante. Rubens Paiva teria sido libertado num confronto entre três militares e um grupo de terroristas na Avenida Edson Passos, próximo ao Alto da Boa Vista, no

Rio de Janeiro. Rubens Paiva, mais de cem quilos, teria saído do banco de trás de um Volkswagen e corrido até o carro dos "terroristas" sem sofrer nenhum arranhão. O Volks dos militares incendiou no roteiro. Para oficializar a mentira, a "ocorrência" é registrada na 19ª DP e a imprensa é convocada a tirar fotos do Volks.

O que há de novo na "Nova República"

Quando foi decretada a anistia, os militares pretendiam que a história das torturas e dos desmandos cometidos sob a titula também fosse apagada junto com as "culpas pessoais". A reabertura do caso não significa que a "Nova República" pretenda punir os culpados. O Ministério do Exército, em nota divulgada em princípios deste mês, trocou a doutrina Walter Pires de solidariedade irrestrita com os torturadores, por outra segundo a qual o crime não existe mais, mas permanece o acontecimento histórico e a obrigação civil de reparação.

Ao que tudo indica, esta iniciativa obedece a uma estratégia de recuperação da imagem das Forças Armadas. Na Argentina, Alfonsín prendeu meia dúzia de generais. Isso era condição, depois do desaparecimento de cerca de 30 mil pessoas e do fiasco das Malvinas, para manter junto às massas um mínimo de respeito às Forças Armadas. No Brasil, o desgaste dos militares frente a população não foi tão grande quanto na Argentina, mas também existiu e ainda não foi recuperado.

A voz da Caserna



Os militares querem garantir na próxima constituição o mesmo papel que lhes é garantido na atual: o poder de intervir frente a qualquer situação que julguem uma ameaça aos poderes constituídos. A polémica veio a público através de uma Ordem do Dia do general Leônidas Pires Gonçalves, Ministro do Exército, no Dia do Soldado.

Assistido por cerca de 400 autoridades, parlamentares e ministros, além das tropas, o general procurou deixar claro

que as Forças Armadas não abrem mão de manter, ao lado da função de segurança externa, o poder de intervir na política interna. Segundo Leônidas Gonçalves, a atual destinação constitucional das Forças Armadas "é modelo ainda muito adequado para a presente realidade nacional". Na sua Ordem do Dia, o ministro conclui que deixar de prever esta função na próxima constituição "significaria enfraquecer o governo da União e tornar as Forças Armadas, inex-

plicavelmente, apenas expectadoras do caos e da desordem, se ocorresse".

A posição do presidente José Sarney é a mesma dos militares, diferente da Comissão Arinos para a possibilidade de intervenção interna continuaria existindo, mas restrita a casos extremos e apenas para a manutenção dos "Poderes Constitucionais" e não para os "poderes constituídos".

O tema tem importância para o movimento operário. Não é segredo para ninguém que as Forças Armadas são as verdadeiras guardiãs da reação e do capital nacional e multinacional. Retirar-lhe o poder de intervir na política interna na próxima constituição, restringir seu papel a defesa da nação, e procurar aprofundar a democracia no interior da corporação garantindo direito de voto aos cabos, soldados e marinheiros, direito de sindicalização e mecanismos de controle do oficialato pelos soldados, são bandeiras que o movimento operário e o Partido dos Trabalhadores precisa articular frente a mais esta investida autoritária sobre a Constituinte.

"Seu marido sofreu uns arranhões"

"Quando eu saí, meus amigos estavam convencidos de que Rubens estava morto, porque ninguém acreditou naquela versão... Ai comecei as minhas andanças e fui conversar com o ministro Alfredo Buzaid, que era amigo da família de Rubens, já tendo se hospedado na casa da família. Eu fui na casa do Buzaid um mês depois da prisão de Rubens. Ele estava muito constrangido e começou a falar: olha, lamento sinceramente o que aconteceu, um engano lamentável, imagine prender a senhora e sua filha, que coisa absurda! Mas acontece que seu marido tem umas amizades que a gente não admite. Perguntei: quais? ele me disse: Almino Afonso... ele me acalmou: isso logo se resolve... o problema é que infelizmente seu marido sofreu uns arranhões e não

de ser solto agora... O culpado de todas as arbitrariedades, torturas, mortes, não é o soldado, nem o delegado de polícia e nem o torturador. O responsável por isso não é o fe do DOI-CODI. É o ministro da Justiça, o presidente da República, o Ministério do Exército. Eles são os assassinos maio-

*O senhor Buzaid nunca reconheceu que no caso Rubens Paiva ele foi absolutamente omissivo. Médicos não vai reconhecer nunca que permitiu a tortura, ou Figueiredo que hoje é candidato a presidente e na época era Chefe da Casa Militar..." (Trechos do depoimento de Maria Eunice Paiva, viúva de Rubens Paiva, ao jornal *Em Tempo*, dia 21 de 22/28 de julho de 73).*

Editorial

Da euforia do Cruzado à ameaça do endurecimento

A "Nova República" quer encontrar um bode expiatório para o fracasso do Plano Cruzado.



Suzana Pires

"Eu prendo e arrevento": como nos velhos tempos

Quem viu ou ouviu o ministro da Justiça, Paulo Brossard, em cadeia de rádio e televisão antes da greve dos bancários, tomou consciência de que a voz da "Nova República" está completamente desafinada com o anseio de democracia que move a maioria dos brasileiros. O inusitado do pronunciamento do ministro não foi fazer a defesa dos banqueiros e de seus super lucros. O inusitado foi a defesa tão convincente das leis anti-greves editadas pela ditadura. O inusitado foi atacar com tanta agressividade a entidade mais representativa dos trabalhadores: o ministro chegou a dizer que a CUT "recebe dinheiro do exterior" e "estava apunhalando o presidente pelas costas".

Simple destempero verbal de um ministro empenhado demais em representar o papel de cão fiel de Sarney? Palavras de ocasião, lançadas ao vento?

Nada sugere que o que ocorreu foi uma destas duas hipóteses. Brossard falou com a calma e o cinismo de uma voz que não era apenas sua. Sua fala foi autorizada por Sarney, antes deste deixar o país. Alguns dias antes, o ministro se deixou ver aos jornalistas, saindo do gabinete de Funaro de braços dados com o ministro do SNI. E mais do que tudo: em São Paulo, o primeiro dia da greve dos bancários registrou cenas de extrema violência, com a cavalaria fazendo carga contra piquetes de bancários, 42 prisões e alguns feridos.

Tal ordem e coerência sugere mais o uso disciplinado da força com fins políticos. Por quem falou Brossard? Por

que falou assim? Que fins visava mais além de justificar a repressão a uma greve cujas reivindicações, o governo sabe, eram perfeitamente assimiláveis pelos caixas dos banqueiros?

O Plano Cruzado em fase de turbulência

Para responder a estas questões, é necessário percorrer o caminho inverso do raciocínio exposto por Brossard. Ele acusou a CUT de pretender desestabilizar o Plano Cruzado, com fins políticos inconfessáveis.

A realidade é bem diferente. O congelamento de preços — o maior cabo eleitoral da "Nova República" nestas eleições — está fazendo furos por todos os lados. Nas prateleiras dos supermercados, a população não encontra carne, leite, ovos, frango, óleo... O próprio governo, através do ministro da Fazenda, Dilson Funaro, admite que não controla cerca de 30% dos preços, que não foram congelados. A inflação oficial, expurgada, atingiu 6% em agosto e a real quase 9%. Isso lembrando que esse índice de 9% não contabiliza o ágio, palavra que há poucos meses era desconhecida da população brasileira e hoje está presente no cotidiano de qualquer trabalhador, do Oiapoque ao Chuí.

Além deste problema — de como administrar o descongelamento que se impõe cada vez mais pela pressão dos capitalistas — o governo tem que enfrentar um outro muito mais profundo. O crescimento — pode-se dizer até o aquecimento — da economia brasileira este ano não consegue esconder

que nenhum dos problemas estruturais foi resolvido.

O governo não teve unidade para encaminhar uma reforma bancária. E os juros subiram de 23% ao ano em fevereiro para 47% ao ano em setembro. A dívida pública continua crescendo este ano, aprofundando o déficit de caixa do governo. Sarney voltou de Washington sem conseguir avançar um centímetro sequer na proposição de capitalização de parte do pagamento dos juros da dívida externa, apesar de todas as ofertas de mais vantagens ao capital estrangeiro.

A prova maior de que a economia brasileira ainda caminha no fio da navalha está em que, apesar do quase esgotamento da capacidade de produção ociosa das indústrias, os empresários não estão investindo como se necessita para manter o crescimento da economia no ritmo desejado pelo governo. Eles próprios dizem porque: os juros muitos altos, grande incerteza sobre os rumos da economia e... as greves. O circuito da especulação financeira da economia não foi quebrado.

Colisão mais que provável

Sinal dos tempos, o novo presidente da mais importante entidade empresarial do país — a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo — argumenta com grande desfaçatez que é preciso deter a pressão distributivista dos trabalhadores. Mário Amato, eleito com 98% dos votos, em entrevista à revista *Senhor*, chega ao cúmulo de afirmar que já se estaria observando o "absenteísmo do trabalho porque os

trabalhadores estariam ganhando demais e optando pelo lazer".

Assim, o governo por um lado banca a continuidade do congelamento com fins políticos: o de conseguir um bom resultado nas eleições de novembro. Mas deve se preparar para um período, em que pela lógica de sua política econômica — isto é, a de criar um bom clima e condições para a retomada do investimento empresarial — será levado a tomar medidas econômicas de conteúdo anti-popular. A colisão com os movimentos grevistas e, em particular, com a CUT é mais que provável.

À procura de um bode expiatório

O governo sabe que depois das ilusões fartamente disseminadas e da euforia artificialmente criada virá a cobrança, ainda com mais força. Sabe, com informações de sobra, que a energia demonstrada com a maré grevista de 1985 continuou a mostrar os seus efeitos em 1986.

Trata, então, de buscar um bode expiatório para o fracasso do Plano Cruzado e, em particular, para o fim próximo do congelamento. Nada mais cômodo para o governo do que jogar a culpa das frustrações das ilusões das massas nas próprias massas e seus representantes, ou seja, a CUT e o PT. É isso que explica a agressividade do senhor Paulo Brossard de Souza Pinto: tal como os empresários, o governo Sarney teme as greves, teme a CUT e o PT, pelo que ele pode capitalizar no processo de desgaste do Plano Cruzado.

TRILHA DE SANGUE E



Agamenon Vieira

O comerciante Severino Araújo, mais conhecido como "Biu de Gênésio", foi encontrado morto no início da noite de 14 de janeiro deste ano, em pleno centro da cidade de Campina Grande, a segunda cidade do estado da Paraíba. A sua morte seria apenas uma nota fúnebre ou mais uma notícia nas páginas policiais caso ele fosse apenas um pequeno comerciante do interior do Estado. Mas "Biu de Gênésio" era um homem importante: ele conhecia detalhes sobre o assassinato de Margarida Alves.

Como tinha medo de morrer por causa disso, contou estes detalhes a sua esposa, Maria do Socorro, e a sua amante, Socorro Conceição. A sombra dos assassinos passou, então, a perseguir Maria do Socorro: ela passou a receber várias ameaças de morte, por telefone e por cartas anônimas, para que se mantivesse calada. Maria do Socorro é mãe de sete filhos. Necessita sobreviver para criá-los. Por causa disso, rompeu a "lei do silêncio". A amante de "Biu de Gênésio", grávida, seguiu o mesmo caminho. Assim, os bastidores do crime que abateu a líder camponesa ressurgem à luz do dia.

Margarida: a que ousou sonhar

Raras são as mulheres em nossa terra que conseguem ser presidentes de um sindicato de trabalhadores rurais. Margarida Alves, uma mulher simples, mãe de família, "de poucas letras" como a imensa maioria das mulheres dos campos nordestinos, um dia se fez presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, bem no centro da zona canavieira da Paraíba, a "Zona do Brejo".

Como era seu dever, como trabalhadora e dirigente sindical, um dia exigiu que os grandes proprietários pagassem corretamente os salários dos trabalhadores e os seus direitos trabalhistas. Era ousadia demais. Uma dirigente sindical, uma simples mulher exigir algo dos grandes proprietários era uma afronta. E por causa dessa ousadia, Margarida Alves perdeu a vida.

No dia 12 de agosto de 1983, um opala vermelho, que já havia rondado a sua

Os assassinos de Margarida Alves, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, na Paraíba, mataram mais duas pessoas, procurando evitar a elucidação do crime que vitimou a líder sindical em agosto de 1983.

No dia 14 de janeiro deste ano, foi encontrado morto com um tiro na cabeça em pleno centro da cidade de Campina Grande, o comerciante Severino Araújo. Ele sabia muito sobre o assassinato de Margarida Alves. O sargento Aldenis Cunha Lima, delegado da cidade de Remígio, que tinha se disposto a prestar depoimento sobre a morte do comerciante e sua relação com o crime que abateu Margarida Alves, foi morto pouco depois.

casa antes, parou em frente dela. Um homem jovem desceu do carro, certificou-se de que a pessoa à sua frente era Margarida e lhe deu um certo tiro na cabeça. Era um fim de tarde. Era a "lei do cão".

"Essa é a casa de Margarida"

"Um dia antes do assassinato de Margarida", nos fala Maria do Socorro, esposa de "Biu de Gênésio", em entrevista que posteriormente foi registrada no Cartório Toscano de Brito em João Pessoa, "meu marido Severino, juntamente com Mazinho (Edmar Paz de Araújo, proprietário rural em Alagoa Grande) e o soldado Betânio, em um Opala Vermelho, passaram em frente à casa de Margarida. Mazinho, então, indicou ao soldado Betânio: "essa é a casa de Margarida".

No dia seguinte, um opala vermelho e um tiro certo na cabeça.

Personagens de um drama de sangue

Mazinho é um proprietário rural em Alagoa Grande. Maria do Socorro acredita que ele é uma espécie de homem de confiança dos grandes proprietários da região, uma espécie de capataz do usineiro Agnaldo Veloso Borges. Betânio é atualmente soldado da polícia do estado da Paraíba, servindo em uma unidade em Campina Grande. Tem dois irmãos que são pistoleiros célebres. São chamados de "Bitó" e "Chianca". Betânio teria comentado, de acordo com Maria do Socorro, que enquanto ele, Betânio, com 23 anos só matou 25 pessoas, o seu irmão de 17 anos já foi autor de 50 mortes.

Severino Araújo, "Biu de Gênésio", que aparece como um pequeno comerciante de bebidas e perfumes, de acordo com o **Jornal da Paraíba** de Campina Grande, teria respondido a três processos criminais. Condenado a 25 anos de prisão, cumpriu apenas nove, na penitenciária Modelo de João Pessoa.

Crimes e negócios

"Um dia, o soldado Betânio", afirma Maria do Socorro, "entrou correndo em minha casa. Tinha atirado em um homem. Foi dizendo: "dona Socorro, vim aqui para que o Severino me leve na casa de Dr. Horácio porque eu matei um agora mesmo". Eu vim a saber depois que o Dr. Horácio era o Mazinho". Era o codinome que ele usava para não ser conhecido.

Mazinho era a segurança da impunidade. Ele, que em depoimento na polícia de Campina Grande, afirmou não

conhecer Severino Araújo, teria, de acordo com Maria do Socorro, vários negócios com seu marido. "Meu marido", afirma ela, "levava milhões de Mazinho para pagar suas contas no Rio Grande do Norte, em Jaçanã, em Campina Grande, em Areia... Severino freqüentava a casa de Mazinho: entrava casa dentro, comia como se estivesse em sua própria casa".

Os negócios de "Biu de Gênésio", de acordo com Maria do Socorro, eram também realizados com vários outros proprietários rurais da região. Ele freqüentava a usina do agroindustrial Agnaldo Veloso Borges e ainda mantinha estreitas ligações de amizade com os fazendeiros Branco Pereira, Zito Buarque e Antônio de Almeida Régis. Todos eles são grandes proprietários rurais na região.

Bebendo, se rompe a "lei do silêncio"

Tudo caminhava normalmente. Nos canais de televisão e nos jornais apareciam notícias do assassinato de Margarida Alves. "Biu de Gênésio" apenas comentava em sua casa que "eles não sabem de nada", que "esse crime não vão descobrir". "Mas", conta Maria do Socorro, "por esse tempo, Severino começou a beber muito e a falar em público que sabia sobre o crime de Margarida". A "lei do silêncio" começava a ser rompida. E ela é a lei básica, sagrada, nos negócios de crime nas zonas rurais nordestinas.

"Até que um dia", continua Maria do Socorro, "Severino e Mazinho se encontraram em um bar de Alagoa Grande. Severino já estava um tanto embriagado. Mazinho quiz que ele se retirasse do bar. Para isso, lhe daria até um dinheiro. Mas, Severino, sentindo-se rejeitado, começou a dizer quealaria a verdade, que Mazinho teria participado da morte de Margarida Alves. Mazinho ficou bravo. Disse, então, para Severino que ou ele parava de dizer aquilo ou seria "queimado".

Alguns dias depois, "Biu de Gênésio" foi tocado. Uma Brasília, com duas pessoas dentro, o perseguiu. Um dos pneus do carro de "Biu de Gênésio" foi furado, mas ele conseguiu fugir espetacularmente. "Biu de Gênésio" disse que reconheceu como ocupantes do Brasília, Mazinho e o soldado Betânio.

Quando sua mulher lhe disse para procurar a Polícia Federal e contar tudo, ele ficou tenso e lhe respondeu que não. Disse que se fizesse isto seria mor-

to. Ele ainda tentaria acertar as coisas com Mazinho e Betânio na base da discussão.

A última viagem

Às 16 horas do dia 14 de janeiro, "Biu de Gênésio" passou na casa de sua amante em Campina Grande, acompanhado do soldado Betânio e mais dois homens e a chamou para acompanhá-los. Ela, como é natural da cidade do soldado Betânio e de seus dois irmãos pistoleiros e conhecendo a sua fama de matador profissional, não aceitou o convite. "Biu de Gênésio", então, acertou com ela que depois viria buscá-la. Um dos homens que estava sentado no banco de trás do carro, rindo, brincou: "é o que volta". Pouco



Mainha, o instrumento do crime

tempo depois, uma bala furaria a cabeça de "Biu de Gênésio". Era um fim de tarde. Mais um "trabalho limpo" de pistoleiros. Uma "queima de arquivo".

Essa é a história da última viagem de Severino Araújo, o homem que sabia demais e rompeu a "lei do silêncio". Essa é parte da história que sua amante contou, em depoimento, à polícia de Campina Grande.

Um delegado assassinado

Maria do Socorro revela ainda: "no mesmo dia do assassinato de Severino, por volta da 1:30 da manhã, fui procurada, em minha residência, pelo sargento da cidade de Remígio, Aldenis Cunha Lima. Ele me afirmou que a morte de Severino tinha sido uma "queima de arquivo", pois ele sabia demais sobre a morte de Margarida e estava abrindo a boca. Disse ter certeza que o soldado Betânio estava metido na história e que estava disposto a contar, em depoimento, tudo que sabia sobre o caso."

Antes de ser ouvido pela Justiça, o sargento foi assassinado. De acordo com Rosalva da Silva Cunha, esposa do

IMPUNIDADE NA PARAÍBA

sargento, os irmãos do soldado Betânio, conhecidos como "Bitó" e "Chianca", teriam sido os responsáveis pelo assassinato de seu marido. Os dois estariam com prisão preventiva decretada pela Justiça da Comarca de Areia.

Mais uma vez, um tiro se interpõe entre uma pessoa que sabe de algo relacionado com o assassinato de Margarida Alves e a Justiça. Os longos braços dos mandantes são ágeis e não perdoam.

Uma carta anônima

"Eu estava no calçadão", diz uma das cartas anônimas recebidas por Maria do Socorro, conversando com ele ("Biu de Gênésio"), quando se aproximaram dois cidadãos e todos dois fortes e alvos, cabeleira cheia o mais alto e sem bigode, o mais baixo tinha bigode. Quando chegou, eu estava conversando com Severino e Severino falou: "Oh! Meu patrão Mazinho aqui em Campina Grande?". Eles se cumprimentaram e Mazinho apresentou o seu amigo: "amigo João, um machante de Alagoa Grande". Continua a carta: "isto foi na tarde do dia em que mantaram Severino Araújo". "A senhora", diz a carta, "pode acreditar que este crime foi praticado por este amigo João".

Atualmente, esse "amigo João" encontra-se preso na cadeia de Alagoa Grande, acusado de dois crimes, em nada relacionados com as mortes de Margarida e "Biu de Gênésio". "Não faz muito tempo", conta um jornalista da Rádio Capital de Guarabira, "na cela do João foi assassinado um preso, que era acusado de crime de morte. João disse que nada viu nem ouviu." Era noite e o preso foi assassinado com vários tiros, cerca de trinta. Não ouvir nada é ter, no mínimo, um sono muito pesado. A menos que a Justiça lhe garanta a vida, o "amigo João" não vai falar nada do que sabe sobre os crimes relacionados com a morte de Margarida Alves.

E garantir a vida é um problema. Maria do Socorro foi pedir proteção ao promotor. Ele teria lhe respondido que não tinha condições para isso, já que ele próprio poderia, ao sair de uma audiência, levar um tiro.

Apurar os crimes é evitar novas mortes

Toda essa cadeia de violência e de impunidade tem bases muito sólidas, construídas com muito dinheiro, exploração e brutalidade. Ela está ligada di-



Margarida, a mulher que ousou lutar

reta e indissolúvelmente à estrutura agrária que domina o mundo rural no nordeste. Dela é que parte o alimento que mantém soltos, livres, ímpunes, os pistoleiros. Um alimento que vem das mesas das grandes propriedades. De senhores que se sentem afrontados por uma simples mulher que diz que eles devem cumprir as leis trabalhistas.

Deixar estes crimes ímpunes é dar incentivo a novos assassinatos. Apurá-los é, antes de tudo, evitar que novas lideranças sindicais do mundo rural nordestino paguem com seu próprio sangue por sua luta pela justiça. Indícios para se chegar aos culpados existem. Ou será senhor Brossard, ministro de uma República que se diz nova, que a lei foi feita para todos, exceto para os grandes proprietários rurais do nordeste?

Agamenon Vieira, advogado, professor e escritor é presidente da Central Única dos Trabalhadores da Paraíba e candidato a deputado estadual pelo Partido dos Trabalhadores.

Mandante do crime é eleito dirigente da UDR

No dia 12 de agosto, os latifundiários fundaram a UDR na Paraíba. A reunião, que contou com a presença de 68 proprietários rurais, elegeu uma comissão provisória regional, composta por seis pessoas. Entre elas, o usineiro Aguinaldo Veloso Borges, um dos acusados por Maria do Socor-

ro, mulher de "Biu de Gênésio", de estar envolvido na morte de Margarida Alves. O advogado Gilberto Marques, que atua no caso do assassinato de Margarida, pediu já há algum tempo a prisão preventiva de Aguinaldo Borges como mandante do crime.

AGAMENON VIEIRA



**CAMINHOS
DA
CONSTRUÇÃO**

MOVIMENTO SINDICAL E ORGANIZAÇÃO
POLÍTICA DOS TRABALHADORES NA PARAÍBA

1986

"Aos patrões, aos seus jagunços, à impunidade que o estado parece reservar para os que dominam a economia paraibana, os trabalhadores responderam com a luta cadenciada, unificada, firme. E esse é na realidade o fato profundamente novo no panorama sindical e político da Paraíba: A construção da alternativa independente dos trabalhadores."

Cz\$ 40,00

Para receber, envie um cheque nominal à Editora Aparte Ltda. Rua Francisco Leitão, 57 — Pinheiros São Paulo SP CEP 05414

Eleições para governador/São Paulo

O jogo pesado da "Nova República"

O que foi feito para barrar o crescimento do PT em São Paulo excede qualquer medida que se possa ter. Nunca se viu tanta calúnia e tanto dinheiro em ação.



O início do ano apresentava um quadro bastante problemático do ponto de vista eleitoral para a "Nova República" no estado mais rico do país. Um PMDB desgastado, dividido, saído de uma derrota fulminante nas eleições municipais; a divisão das candidaturas burguesas, sem uma perspectiva clara de confluência; um PT, fortalecido pelos resultados eleitorais, que se apresentava com muitas chances para disputar o governo de São Paulo, de acordo com as pesquisas da época.

O PT no governo do estado de São Paulo? Era demais para a democracia da "Nova República".

As iniciativas do Planalto e dos diversos setores burgueses foram acionadas em diferentes flancos. O primeiro deles: de maneira sistemática, e de forma muito mais intensa do que vinha se dando, montou-se uma campanha de calúnias e de ataques ao PT nos meios de comunicação de massa. Os que não moram em São Paulo têm notícia destes ataques, que atingiram o partido a nível nacional. Não têm, porém, a dimensão da intensidade dessa avalanche

de calúnias contra um partido que não tem espaço nos meios de comunicação de massa e que, por erros e deficiência políticas, não construiu ainda a sua imprensa de massas. Por exemplo: o *Jornal da Tarde* e o *Estado de São Paulo* deram este ano dezenas de manchetes principais de primeira página, com ataques à CUT e ao PT.

Num outro plano, a edição do Plano Cruzado deu ao governo Sarney um momentâneo, mas fundamental, fôlego e legitimidade. Propiciou ao governo do ex-presidente do PDS uma capacidade de iniciativas políticas da qual não dispunha antes.

Uma das iniciativas centrais do governo Sarney foi exatamente a de intervir no processo sucessório do governo de São Paulo, com a montagem da candidatura Antonio Ermírio de Moraes. A candidatura do maior empresário privado do país, daquele que desfruta há anos de uma liderança incontestável no seio do grande empresariado, dá bem uma demonstração da importância que as eleições para o governo de São Paulo passavam a ganhar para a "Nova República".

A candidatura Antonio Ermírio, capaz de polarizar com Maluf e de, ao mesmo tempo, sensibilizar o eleitorado urbano do PMDB sem carregar os desgastes acumulados por este partido, surgiu como a grande alternativa burguesa. O mito do empresário operoso e eficiente na administração de suas dezenas de empresas encaixava-se como uma luva na moldagem de uma alternativa moderna e confiável para o governo do Estado.

Um mito construído a peso de ouro, é certo. O custo da campanha de Antonio Ermírio está sendo estimado (pela revista *Veja*) em 830 milhões de cruzados, ou seja, uma quantia que equivale ao pagamento de um salário-mínimo a um milhão de trabalhadores.

O episódio Suplicy

Foi neste contexto, de uma certa reversão de expectativas e de um certo impasse na campanha do PT, que ocorreu o episódio do afastamento temporário de Suplicy da campanha. Mal encaminhado pelo candidato — a sua decisão foi previamente comunica-

da à imprensa e não à direção partidária — o episódio foi explorado pela imprensa burguesa como uma demonstração antecipada da derrota do PT.

Seguiu-se uma semana de mobilização dos petistas e de rediscussão da campanha. Alguns dias depois, uma assembléia com cerca de mil petistas (candidatos e representantes dos diversos diretórios) foi realizada. A assembléia, transformada em um momento de estímulo e de confiança na candidatura do partido, foi aberta com os discursos de Djalma Bom (presidente do PT em São Paulo) e de Suplicy, cujos trechos principais publicamos a seguir.

Neste clima todo, uma iniciativa importante: a formação de uma comissão de sindicalistas que trabalhará para fazer a ponte entre os movimentos grevistas e a campanha eleitoral e que terá acesso ao Comitê Diretivo Eleitoral Unificado.

Assim renovada, a campanha do PT entra na reta final. A expectativa, partilhada pelos militantes do partido, é que ela adquira agora um novo fôlego, acompanhando o clima de greves que movimentou o estado de São Paulo.

"Sacudir a poeira e virar o jogo"

"Esta reunião é uma resposta aos ataques que vem sofrendo nosso partido. Nós, do PT, seremos capazes de superar nossas deficiências e unidos, coesos, caminhar com um único objetivo: ganhar as eleições do estado de São Paulo e eleger uma grande bancada de deputados federais e estaduais.

O maior desafio que foi colocado para nós foi a própria construção do PT. E, depois de seis anos, está claro e evidente que o desafio maior foi superado. Os ataques que estamos sofrendo são uma prova de que o PT está no rumo certo, no caminho certo, incomodando muita gente. Eles nos atacam porque sabem que não deixaremos de estar em todas as greves, em todas as ocupações de terra, ao lado do povo mais sofrido. Queremos liquidar o capitalismo em nosso país e construir o socialismo e disto eles têm medo.

O Pacote Econômico decretado pela "Nova República" começa a mostrar os seus furos. Começa a passar a euforia inicial com o qual ele foi recebido. E entramos em uma conjuntura que é muito propícia para sacudir a poeira e virar o jogo.



Djalma Bom

Nestes dias 10 e 11 são os bancários, professores e funcionários públicos que entrarão em greve. E o PT, que teve a sua origem nos movimentos reivindicatórios dos trabalhadores, saberá se ligar a estas lutas.

Sabemos que o que existe com mais dignidade e honestidade é o PT. Basta observar nos debates já realizados entre os candidatos dos vários partidos que os candidatos dos outros partidos mostram quem são: lutam entre si para demonstrar qual deles é o mais explorador, qual deles é o mais corrupto".

"Vou dar o sangue se for necessário"



Marcia Carnaval
Suplicy

nos momentos em que os trabalhadores começam a tomar consciência de seus direitos e a se organizar.

Mas, eu dizia, há formas diferentes de ser revolucionário. Entre nós mesmos existem muitas diferenças: há cristãos, marxistas, trotskistas, marxistas-leninistas, marxistas-cristãos, judeus, árabes, negros, índios, mulheres e homens, protestantes, pessoas a quem respeitamos o direito, a liberdade de escolher o seu comportamento sexual. E nós lutamos por uma sociedade fraterna, onde ninguém esteja se sentindo oprimido.

Falo tudo isso para que vocês compreendam a minha situação. O que é que anda errado? O que vocês esperam de mim como candidato? É preciso que vocês saibam que existem diferenças sobre isto até no Comitê Diretivo Eleitoral Unificado. É preciso encontrar um ponto comum entre a minha forma de ser, de pensar e o que pensa e quer o partido.

Eu quero dizer para vocês que não sou um super-homem, não falo com tanto brilhantismo nos debates como todos gostariam e até torcem. Mas prometo a todos dar o máximo de mim, dar o sangue se for necessário e ir até o fim nesta disputa eleitoral."

“Vincular a campanha do PT às lutas dos trabalhadores”

Domingos Galante, da direção estadual da CUT e membro da Comissão de sindicalistas do PT, analisa a conjuntura e propõe um eixo para a campanha do partido.

Nos dias 10, 11 e 12 apenas em São Paulo e de forma centralizada, o PT distribuiu oitenta mil panfletos de solidariedade aos grevistas e denunciando a atitude repressiva da “Nova República”. No dia 10 à tarde, com a presença de Suplicy, o partido realizou uma manifestação em frente ao Tribunal Regional do Trabalho que iria, então, tomar decisões sobre o dissídio dos bancários.

Foram estas as primeiras iniciativas tomadas pela comissão de sindicalistas do partido formada no último dia 6 para combinar a campanha do PT com as mobilizações reivindicatórias.

Um fato novo na campanha petista em São Paulo, e que, certamente, terá desdobramentos importantes e favoráveis na difícil e desigual batalha eleitoral que o PT trava no estado mais rico do país.

Foi ainda com o clima de uma passeata que reuniu professores, bancários e previdenciários na praça da Sé, no Centro de São Paulo, que Domingos Galante, presidente do Sindicato dos Químicos, membro da direção executiva estadual da CUT paulista e integrante da comissão de sindicalistas do PT falou ao **EM TEMPO**.

De partida, Domingos pergunta: “você acha que se o PT estivesse vivendo um momento de maior penetração eleitoral, a greve dos bancários teria sido tão reprimida como foi?”. E responde: “claro que não. O governo federal deve ter hoje uma avaliação que, em relação à disputa do governo estadual, o PT não ameaça com força a vitória dos candidatos que apoiam a “Nova República”. E, por isso, deve

Quanto mais sucesso tiver o governo no seu plano de isolar o PT, mais espaço será aberto para a repressão ao movimento operário.

ter avaliado que havia um certo espaço para algum desgaste, colocando-se assim tão acintosamente ao lado dos banqueiros”.

“Temos de entender que esta é uma questão decisiva”, prossegue Domingos. O governo sabe que não conseguiu quebrar a autonomia e a combatividade do movimento operário na passagem de um regime para outro. Sabe que as greves, as lutas no campo e a CUT continuam crescendo e acumulando forças. Veja só este ano: já tivemos vários milhões de trabalhadores que foram à greve! E os próximos meses serão particularmente agitados.

“Ao mesmo tempo, que tem pouca ou quase nenhuma capacidade de cooptação no movimento sindical, o governo está aplicando uma política econômica

com pouquíssima previsão de concessões ao movimento sindical. Isolar e reprimir são, portanto, os dois verbos que o governo está procurando conjugar.

“Assim, quanto mais sucesso tiver o governo no seu plano de isolar o PT, de criar uma imagem negativa do partido perante as massas, mais espaço será aberto para a repressão ao movimento operário. E, é claro, a inversa também é verdadeira.”

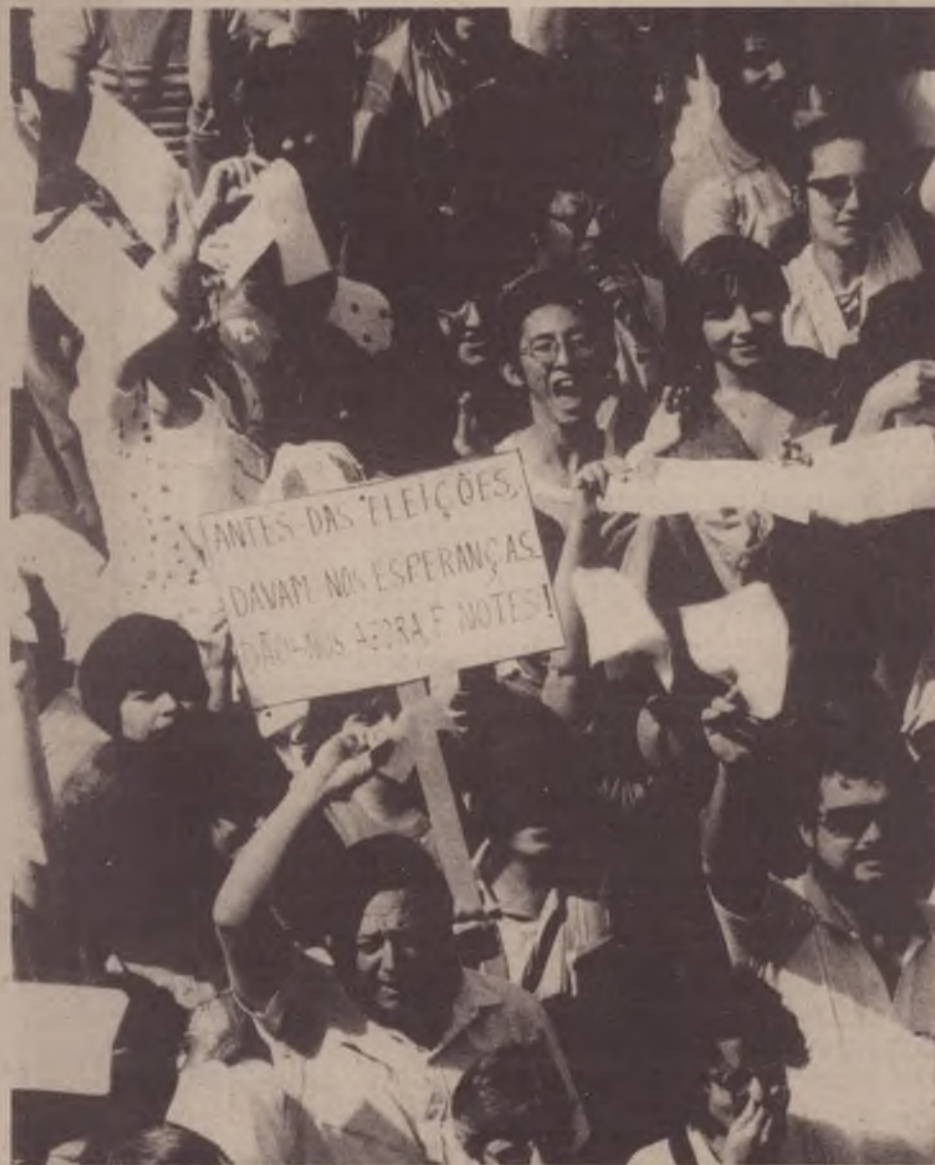
“Domingos, o governo está procurando dizer à população que o PT e a CUT estão querendo desestabilizar o Plano Cruzado, identificando com ele o congelamento dos preços. Como responder a este ataque?”. Já passamos por um período que poderíamos chamar de a primeira fase do Plano Cruzado”, responde Domingos. “Foi uma fase de uma certa euforia, quando a administração do congelamento foi facilitada pelo fato de que os preços da grande parte das mercadorias foram congelados no pico e pelo impacto positivo causado pela queda do preço do petróleo e das taxas de juros internacionais.”

“Agora, já estamos naquela que constitui a segunda fase do Plano Cruzado. É a fase do desgaste popular do Plano e quando os graves problemas começam a aparecer mais nitidamente, pois o governo não atacou as questões de fundo como a dívida externa, o déficit público, a reforma financeira e a reforma agrária. Problemas como a inflação camuflada, a cobrança de ágio, o desabastecimento de inúmeros gêneros de primeira necessidade.

“Apesar de tudo isso, o governo fará tudo para manter o congelamento oficial dos preços pelo menos até 15 de novembro. O congelamento é um dos grandes trunfos políticos que os governos da “Aliança Democrática” procurarão capitalizar nestas eleições.

“A próxima fase será justamente marcada pela eclosão das contradições econômicas que estão sendo abafadas. O governo não conseguiu criar as condições mínimas para a manutenção do crescimento da economia, e mesmo um processo recessivo não está descartado. Terá que tomar medidas econômicas de claro conteúdo anti-popular. E, para garanti-las, terá que reprimir. Será um momento de grandes choques sociais e de descontentamento generalizado.

“A capacidade do movimento operário fazer frente a esta nova situação dependerá do acúmulo político e organizativo que consigamos agora. Temos que acumular condições para dar uma resposta política e unificada a esta situação que tende a se criar. Daí, o nosso compromisso, a nossa responsabilidade com o fortalecimento de uma al-



Suzana Pires

Contra a força deles, a força da massa

ternativa política dos trabalhadores, com o crescimento do PT nestas eleições.”

Domingos volta, a partir daí, a bater na tecla da necessária vinculação da campanha do PT com os movimentos grevistas. “Não há nada mais perigoso para o movimento operário do que uma conjuntura na qual o crescimento das lutas sociais não seja acompanhado de um crescimento da influência do PT. É exatamente esta a cunha que o governo quer colocar para melhor nos golpear.

Penso que é um equívoco o PT centrar a sua mensagem eleitoral na afirmação de que é um partido com capacidade de governar, de administrar com eficiência a máquina do Estado.

“Deste ponto de vista, penso que é um equívoco o PT centrar a sua mensagem eleitoral na afirmação de que é um partido com capacidade de governar, de administrar com eficiência a máquina do Estado. Do ponto de vista dos trabalhadores, dos seus interesses, toda essa máquina administrativa que aí está é ingovernável. Ela foi construída exatamente para servir aos capitalistas

e seu sistema. Ela tem é de ser quebrada.

“O eixo da campanha do PT, o seu centro deveria ser a afirmação da capacidade do partido de dirigir a grande massa da população para lutar por uma alternativa global, de oposição ao conjunto do projeto da “Nova República”. Partir exatamente do anseio que move os trabalhadores em suas lutas: a vida tem que melhorar.

“Além de uma mensagem mais politizada e mais colada às lutas que estão sendo travadas, temos que fazer um esforço para evitar a pulverização da campanha. Corre-se o risco da campanha do PT acabar se tornando a soma de uma infinidade de pequenas campanhas levadas adiante pelos candidatos a deputado estadual e federal.

“Por último, temos de nos preocupar com os saldos organizativos que poderemos ter. Penso que, especialmente nós, os sindicalistas do partido, temos a responsabilidade de generalizar a formação de comitês de operários nas fábricas e nos bairros, comprometidos com a campanha do PT. Há um enorme potencial para isto. Núcleos do partido, de operários e trabalhadores, que teriam um enorme valor para a nossa luta agora e no próximo período.”

Nove anos de luta pelo Socialismo

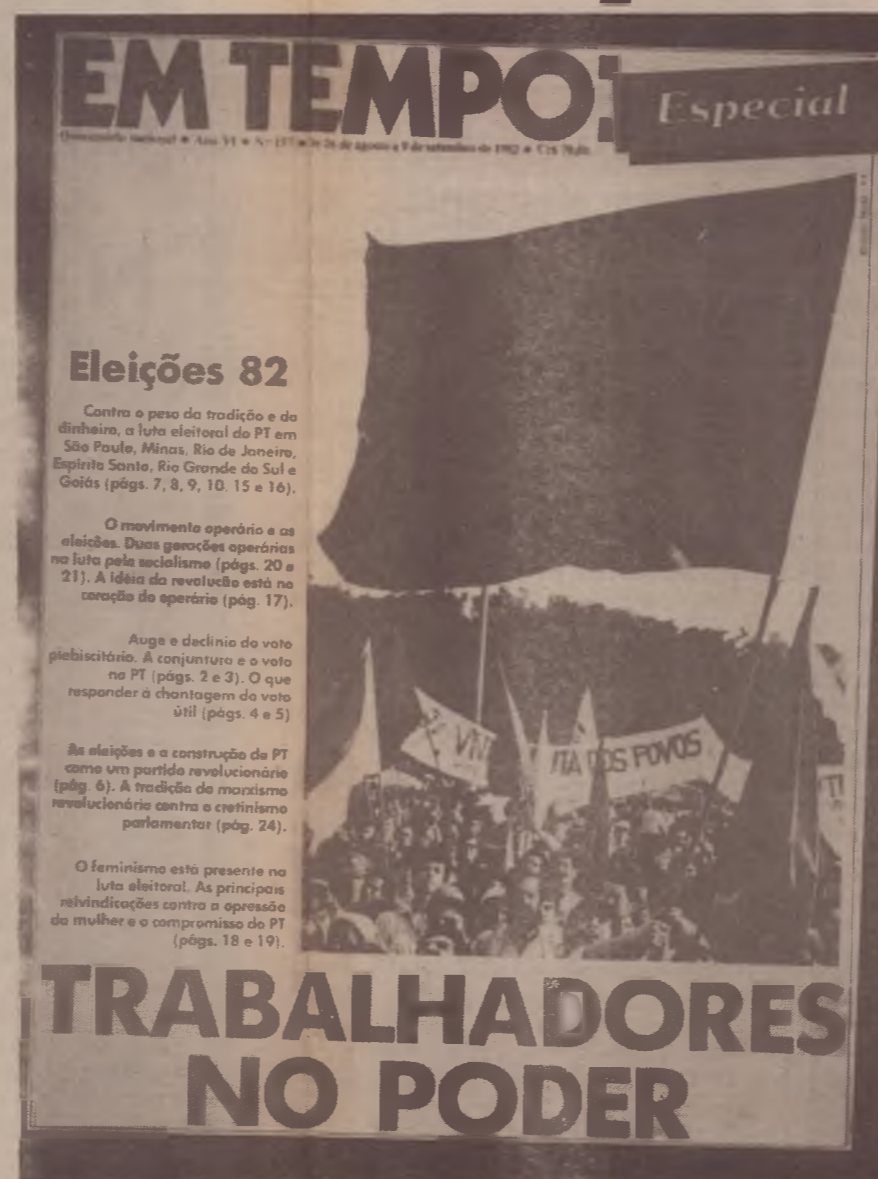
Especial

Por que EM TEMPO sobreviveu à fúria do terror dos porões da ditadura e ao cerco permanente do poder econômico? Por que o destino diferente de tantos outros jornais alternativos que foram obrigados a fechar?

Há, é certo, muitas razões. Razões que falam de um esforço quase sobre humano de resistência de um coletivo pequeno diante de tamanhas dificuldades. Razões que dão conta do apoio sempre importante dos leitores.

Mas, há uma razão maior que todas as outras. É que EM TEMPO soube identificar no movimento operário que ressurgia com força nos anos finais da década de 70, a alavanca da luta pelo socialismo no país. Hoje, somos parte desta força. Um jornal socialista e internacionalista de uma corrente do movimento operário independente.

Com este jornal, abrimos as atividades de comemoração dos nove anos do jornal EM TEMPO. Comemore conosco.



Dez razões para assinar EM TEMPO

- 1 Porque EM TEMPO é o único jornal que vem dando um apoio decidido ao Partido dos Trabalhadores desde o início de sua construção. Uma tribuna de difusão da idéia de construção do PT quando a proposta era atacada de todos os lados; uma história de coerência na defesa de um partido classista, socialista, democrático e de massas; o debate permanente das grandes polêmicas enfrentadas pelos petistas.
- 2 Porque EM TEMPO é uma publicação que apoiou e subsidiou desde o grande ciclo grevista de 1978/79 a formação de uma corrente classista no movimento sindical, que veio a construir a CUT. Denunciando os avanços na construção da CUT e na preparação de uma greve geral.
- 3 Porque EM TEMPO é um jornal que procura resgatar as melhores tradições internacionalistas do movimento operário e do marxismo. Cobrindo, muitas vezes com exclusividade, a revolução nicaraguense, dando sua quota à luta contra as ditaduras do cone sul, divulgando as lutas da esquerda e dos trabalhadores nos países imperialistas, EM TEMPO vem também noticiando com destaque a luta do sindicato Solidarietà.
- 4 Porque EM TEMPO vem desde os anos finais da década de 70, abrindo suas páginas para a defesa e difusão do feminismo. Consciente de que o socialismo não será alcançado sem a completa emancipação das mulheres da opressão específica a que estão submetidas, EM TEMPO vem se dedicando especialmente a incentivar a fusão dos ideais feministas com o movimento operário.
- 5 Porque EM TEMPO vem cumprindo desde o nascimento um papel de ponta na luta pela liberdade, na denúncia da repressão da ditadura e da "Nova República". Por denunciar publicamente no Brasil pela primeira vez os torturadores, sofreu durante vários anos uma série de atentados terroristas. Hoje, EM TEMPO não hesitou, como muitos, a bandeira da liberdade: continua defendendo o fim das leis repressivas e o completo desmantelamento do aparelho repressivo.
- 6 Porque EM TEMPO defende uma concepção de democracia socialista, que resgata os princípios libertários do marxismo contra a falsificação estalinista e a rendição socialdemocrata. O socialismo que defendemos, além da coletivização dos meios de produção, deve pressupor a mais ampla democracia de massas, o pluralismo partidário, a autonomia dos sindicatos perante o Estado e o respeito aos direitos humanos.
- 7 Porque EM TEMPO vem cobrindo e divulgando com destaque a mobilização dos trabalhadores rurais pela reforma agrária. Denunciando a violência dos latifundiários, e as manobras do governo Sarney, difundindo as experiências de ocupação de terras, o jornal vem estimulando a incorporação pelo movimento operário urbano da bandeira da reforma agrária.
- 8 Porque EM TEMPO participou desde o início, divulgando e subsidiando os debates, do processo de reconstrução da UNE. Apoiando as correntes classistas do movimento, o jornal vem estimulando a formação de uma oposição à direção da UNE, que tem nos últimos anos praticado uma política de conciliação com o governo e de burocratização da entidade.
- 9 Porque EM TEMPO, desde a luta pela anistia, vem contribuindo para a discussão da experiência das várias correntes de esquerda no país e no plano internacional. Historiando, de forma inédita, o curso das várias correntes, EM TEMPO vem, através do debate, contribuindo para a confluência dos revolucionários, rompendo com a tradição de atomização, isolamento e sectarismo.
- 10 Porque EM TEMPO nos seus nove anos de luta socialista é um fio de continuidade e exemplo de resistência ao poder econômico e à repressão. Assinando EM TEMPO você contribui para que o jornal continue a dar sua contribuição à luta do movimento operário.

Assine EM TEMPO:

Um jornal na luta dos trabalhadores.

Quero assinar Em Tempo e receber em meu endereço 12 jornais por um ano. Minha opção de pagamento é:

- Apoio: Cz\$ 100,00. Oferta: Cz\$ 60,00. Normal: Cz\$ 40,00.

Obs: A primeira ou segunda opção dá direito a receber um dos seguintes livros (marque sua opção com um x):

- Da Crítica ao Populismo à Construção do PT, de Raul Pont.
- A Teoria Leninista da Organização, de Ernest Mandel.
- Caminhos da Construção, de Agamenon Vieira.
- Pacto Social: Da Negociação ao Pacote, de Reginaldo Moraes.

Nome:.....
Endereço:.....
CEP:..... Cidade:..... Estado:.....

Recorte o cupom e envie juntamente com um cheque nominal à Editora Aparte Ltda. Rua Francisco Leitão, 57, Pinheiros, CEP 05414, São Paulo, SP.

Raul, agora que estamos já no meio da campanha, como você avalia o desempenho e as perspectivas do PT?

Raul — Apesar das tentativas do Ibope e da Rede Globo em induzir o voto com a manipulação das pesquisas, como ocorreu em 1985, o crescimento do PT é evidente. É sensível nas ruas, nas portas de fábrica, nas grandes lojas e na juventude a adesão ao Partido.

Os companheiros Clóvis Ilgenfritz, candidato ao governo, Koutzi e Belato, candidatos ao Senado, tiveram bons desempenhos nos debates de rádio e televisão e com a retirada da candidatura do PCB, em apoio ao PMDB, se tornará mais claro para o eleitorado que é o PT a alternativa para o campo operário e popular nesta eleição.

A minha avaliação é de que se soubermos aproveitar essa oportunidade, isto é, mostrar ao eleitor que somos nós, o PT, a alternativa à "Nova República", poderemos polarizar o processo eleitoral e disputar com os demais partidos. Teremos um enorme prejuízo com a divisão do tempo que o conchavo PDS-PFL-PMDB aprovou no Congresso dando ao PT apenas 5 minutos no período gratuito de rádio e TV, mas saberemos transformar em polarização de votos a polarização política que já realizamos com a "Nova República".

Mas e os outros partidos? O PDT em 85 não conseguiu o voto popular na capital contra o PMDB?

Raul — Este ano é diferente. A coligação PDS-PDT puxou o PDT para a direita e seu candidato, um latifundiário, não tem a expressão popular de um Collares em Porto Alegre. O PDS, por sua vez, é um partido em franco declínio.

O PFL, de outro lado, tem assumido o discurso do liberalismo, da defesa do

"Um quadro favorável ao crescimento do PT"



Raul: somos a alternativa à "Nova República".

Raul Pont, secretário-geral do PT no Rio Grande do Sul e candidato a deputado estadual, fala a EM TEMPO do quadro eleitoral no estado.

capital e da iniciativa privada. O senador Chiarelli apresenta-se, clinicamente, como se não tivesse nenhuma responsabilidade com os vinte anos de ditadura. Essa hipocrisia só fica impune pela falta de espaço nos meios de comunicação de massa, onde a disparida-

de de tratamento entre o partidos já forçou até o TRE a notificar as rádios e TVs que estão exagerando na defesa dos candidatos da burguesia.

São candidaturas que não emplaçam, que não têm apelo popular. As chances do PT, portanto, são muito

boas. Seriam melhores, inclusive, se o partido tivesse atraído o PSB para o trabalho comum nas eleições majoritárias. O campo operário e popular aparecerá unido contra os partidos burgueses. Infelizmente, a convenção do PT deliberou contra essa proposta e o PSB poderá retirar alguns votos que tenderiam ao PT.

Com esse pequeno espaço nos horários gratuitos e com o tradicional sufoco do poder econômico numa eleição, como o PT poderá alcançar esse objetivo?

Raul — Não temos muitas alternativas. É fazer o que estamos fazendo já há muito tempo. Colar nas lutas dos trabalhadores e suas reivindicações. Os colonos sem-terra continuam acampados em frente ao Incra e dentro da Assembleia Legislativa, à espera da reforma agrária da "Nova República". Neste momento, explodem as greves dos bancários, dos metroviários, do pessoal da previdência e os professores da rede particular tiveram uma grande vitória de sua oposição sindical. Na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, PDS, PFL, PSB, PDT e PMDB votaram contra o fechamento do comércio sábado à tarde, derrotando a mais unânime reivindicação dos comerciários.

Enfim, todos esses exemplos mostram que a "Nova República" e o Plano Cruzado só causam emoções na Rede Globo. Os trabalhadores já descobriram que o único congelado que resta é o salário. Apesar da histeria do ministro Brossard contra o PT e a CUT, nós crescemos porque estamos nas lutas e na defesa das reivindicações dos trabalhadores que a "Nova República" não atende. É essa realidade que nos dará uma grande vitória em novembro.

Bahia

Seguindo a estrela dos trabalhadores

Continua bastante complexa a situação do PT na Bahia. Formalmente resolvida a partir da deliberação do Diretório Nacional, que vetou qualquer tipo de apoio do PT ao candidato Valdir Pires do PMDB, a situação no substancial mantém-se inalterada. Devido ao processo de discussões, com um vai e vem entre as instâncias nacionais e

a direção baiana, o PT viu-se na triste condição de não poder apresentar ao seu eleitorado uma chapa completa de candidatos, montada a partir da oposição aos planos da "Nova República".

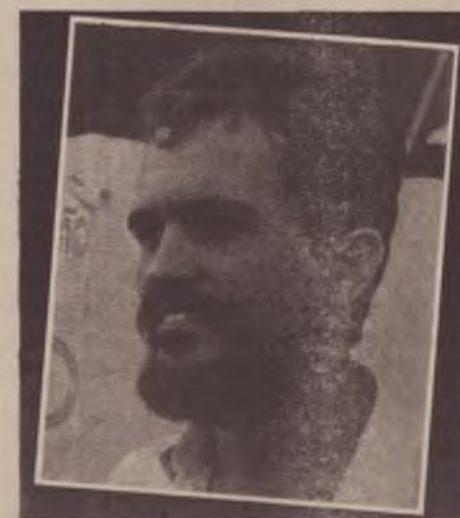
A chegada a este impasse não se deu sem traumas, e no final da história o diretório baiano acatou a deliberação da direção na-

cional do partido para não se ver diante de uma intervenção. Mas acatou criticando o "autoritarismo" da direção nacional e alegando que o "povo baiano saberá em quem votar no dia 15 de novembro".

Esta declaração da maioria da direção baiana revela a profunda contradição que existe hoje no PT da Bahia. Enfrentando uma perspectiva de baixa votação, certos companheiros entendiam que o PT deveria privilegiar em sua campanha o combate aos setores vinculados ao ministro Antonio Carlos Magalhães, um dos maiores corruptos da história política recente. Contudo, levar uma política do tipo "voto útil" só contribui ainda mais para esvaziar as possibilidades de crescimento e implantação do partido naquele estado.

Uma campanha classista

Compreendendo que a implantação do PT está necessariamente ligada a um programa de combate às políticas da "Nova República", seja através do combate a Antonio Carlos Magalhães ou àqueles que escondem até malufistas em um discurso "progressista", lançaram-se várias candidaturas que se opõem à compreensão majoritária no diretório do PT.



Pinheiro: uma candidatura classista

Entre estas candidaturas, destaca-se cada vez com mais importância a do companheiro Walter Pinheiro, a deputado estadual. Presidente licenciado do Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações (o SINT-TEL) e secretário geral da CUT estadual, Pinheiro centra sua campanha na oposição à "Nova República", combatendo-a com o processo de construção do PT.

Segundo Pinheiro, "a nossa campanha tem crescido a cada dia, no combate ao governo federal, às políticas de ataque contra a classe trabalhadora, no combate aos políticos que defendem a exploração do trabalhador aqui em nosso estado. Nossa campanha vai no sentido de organizar os trabalhadores, nos sindicatos, associações de bairros, movimentos populares como um passo decisivo para a luta por um sociedade socialista".

EM TEMPO:

Conselho Editorial: Régis Moraes, Américo Bernardes, Antônio Hélder, Carlos Henrique Árabe, Sérgio Moura, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Júlio Tavares, Márcio Gomes, Octaviano Carvalho, Álvaro Merlo, Raul Pont.

Jornalista Responsável: Américo Antunes — Reg. MTPS nº 2.769.

EM TEMPO: é uma publicação da Editora Aparte Ltda. — Rua Francisco Leitão, 57 — Pinheiros — São Paulo — SP — CEP 05414 — Fone: 852 88 80 — CGC nº 46.093.549/0001-10.

Sucursais: Belo Horizonte: Rua Guajajaras, 329 — Sala 12 — CEP 30.000; fone 226 2643; Porto Alegre: Rua Fernandes Vieira, 618 — Loja 04 — BomFim — CEP 90.000 — fone 27 4642; Rio de Janeiro: Rua Senador Dantas, 117 — Sala 1.414 — CEP 20.031; Vitória: Caixa Postal 1.427 — CEP 29.000; Natal: Caixa Postal 1.550 — CEP 59.072; Belém: Caixa Postal 4.001 — CEP 66.000; Florianópolis: Caixa Postal 5.088 — Cidade Universitária — CEP 88.000; Goiânia: Caixa Postal 469 — CEP 74.000; João Pessoa: Caixa Postal 5.031 — CEP 58.000; Recife: Caixa Postal 2.028 — CEP 50.000.

Tiragem desta edição: 9.000 exemplares.

Composto e impresso na Companhia Editora Joruês — Rua Artur de Azevedo, 1977 — Pinheiros — São Paulo — SP.

A greve dos bancários realizada nos dias 11 e 12 de setembro, junto a outros movimentos grevistas que ocorreram no país, representou um momento importante na luta que se desenvolve no país desde a edição do plano cruzado.

Por um lado, as greves de setembro não se constituem como uma novidade no quadro de lutas dos trabalhadores. A partir da edição do cruzado, inúmeras categorias de trabalhadores tem recorrido às greves como forma de obter reposições das perdas salariais havidas nos primeiros anos da década de 80 (em particular nos principais anos da recessão econômica que assolou o país).

Os problemas que persistem

Um problema que ainda persiste é a dificuldade do movimento sindical conseguir organizar-se em torno de uma plataforma conjunta, fazer valer a capacidade de mobilização de milhões de trabalhadores, que na maior parte das vezes tem atuado de forma isolada.

Além disto, também persiste a dificuldade do movimento em responder às acusações que são feitas pelos patrões no sentido de que os movimentos grevistas tem a intenção de desestabilizar o plano econômico do governo. Ao fazer a confusão deliberada entre o congelamento de preços e o plano em seu conjunto, o governo esconde a sua incapacidade de atuar contra os que boicotam alimentos, cobram ágio etc, passando (com o surrado discurso da ditadura) a responsabilidade dos problemas para o "excesso de consumo da população" e para as "descabidas reivindicações salariais".

"Nova República" garante o lucro dos banqueiros



600 mil bancários cruzaram os braços em todo o país.

Bancários decidem enfrentar os banqueiros e encontram um inimigo fortalecido: a "Nova República" jogou pesado contra as greves.

Contudo, o fato mais importante a ser registrado neste processo grevista foi a verdadeira operação de guerra montada pelo governo. Avançando na tática que vinha usando contra os trabalhadores nos movimentos anteriores, em que o governo pretendia se postar como um "elemento de favorecimento de negociações", mas agindo no sentido de criar condições para a repressão patronal direta, ele parte para a "cabeça" da operação de repressão.

Agora, não existe mais a pretendida sutileza ou neutra-

lidade do governo. O ataque se deu em praticamente todos os campos possíveis.

A "Nova República" mudou sua tática

A derrota do movimento dos bancários se constituía como um elemento central na luta travada pelo governo para barrar o ascenso do movimento operário. Como uma das principais campanhas salariais deste ano, e um momento importante na preparação das grandes campanhas de outubro, a greve dos bancários foi

um dos principais momentos do jogo de força entre o movimento sindical e o governo, que vem sendo travado há alguns meses.

O arsenal não foi pequeno. Dos telegramas de Brossard aos governos estaduais, em que havia uma ameaça velada caso os governadores não levassem adiante a repressão contra os grevistas, chegou-se ao "aviso" do Ministro do Exército colocando os exércitos de São Paulo e do Rio de Janeiro em prontidão.

Além da repressão brutal, organizada diretamente desde

o Palácio do Planalto, o governo também criou as condições para a resistência dos banqueiros ao movimento: foi instituído de fato um feriado bancário a partir de quinta-feira dia 11, com a taxa de overnight valendo para 4 dias, os prazos de vencimentos de contas e títulos prorrogados para o primeiro dia útil depois da greve. Mais do que isto, fez girar sua maquininha e imprimiu mais de 9 bilhões de cruzados para garantir o aumento do saque bancário na quarta-feira dia 10.

Todo este arsenal, organizado a partir de um comando anti-greva coordenado pela General Ivan Mendes do SNI, dava a continuidade lógica à tática que vem sendo usada pelo governo.

A guerra já começou

Mas a guerra não acabou, a "operação primavera" ou o "setembro negro", denominações usadas pelo governo no afã de descaracterizar o movimento grevista, a partir do tucano jargão militar, são os primeiros passos numa escalada de enfrentamento direto que se anuncia.

A compreensão da politização que o governo está dando à luta dos trabalhadores, neste momento de campanha eleitoral, é um fator decisivo no sentido de fazer valer a deliberação do II Congresso Nacional da CUT, organizando uma verdadeira Campanha Nacional de Lutas, centrada nas reivindicações dos trabalhadores, negociada diretamente com o governo federal. Neste sentido, a preparação do próximo Dia Nacional de Lutas exigirá o avanço das lutas dos trabalhadores para um novo patamar, constituindo-se efetivamente como uma resposta aos ataques do governo.

Brossard mentiu na tv

Aqui, a nota oficial da CUT frente ao pronunciamento do ministro Paulo Brossard.

Para defender superlucros e ágio Brossard ataca trabalhadores

Toda cena montada em cadeia de rádio e televisão na noite de 09 de setembro não esconde que o governo tomou partido ao lado da intransigência de banqueiros e patrões que ao mesmo tempo em que sonegam produtos, cobram ágio e agiotam juros, tentam usar o cruzado para não aceitar nenhuma reivindicação dos trabalhadores e continuar se apropriando cada vez mais da renda nacional às custas do empobrecimento da população.

O governo não recorre à cadeia de rádio e televisão para acabar com a sonegação da carne, leite e tantos outros produtos. O governo não ameaça de prisão os banqueiros que cobram 102% de juros ao ano e dizem que a inflação acabou. O governo mente sobre o comportamento e a origem das reivindicações dos trabalhadores. Bancários negociam há mais de 2 meses. Professores reuniram-se em centenas de assembleias para definirem suas reivindicações. Previdenciá-

rios tentam abrir canais de negociação e todos, abertamente, têm mostrado sua disposição de negociar até a exaustão.

Somente os 10 maiores bancos acumularam nos últimos 5 anos lucros correspondentes a um quarto da dívida externa brasileira, mas os bancários são uma das categorias mais mal pagas do país. Brossard acusou as campanhas salariais de desestabilizarem a economia. O que desestabiliza a economia brasileira é a agiotagem dos banqueiros, o ágio dos empresários e a corrupção das autoridades. O que desestabiliza a economia do Brasil é a concentração de tanta riqueza em tão poucas mãos, enquanto milhões de brasileiros são obrigados a viver em condições miseráveis.

O Ministro da Justiça, mais uma vez atacou a CUT com a inverdade e falsificações, procurando criar um bode expiatório que esconda que a propaganda em torno do Plano Cruzado não corresponde ao dia-dia dos trabalhadores. O congelamento só está valendo para o salário. Os preços são aumentados ou os produtos somem. O governo liberou taxas de serviços e juros aos banqueiros e permitiu a demissão de mais

de 120 mil bancários. Reeditando a ditadura, esconde-se o arrocho salarial, manipulando as estatísticas.

Falando em democracia, pela televisão, o Ministro não tem vergonha de ameaçar os trabalhadores com as leis da ditadura. O governo "democrata" de hoje recorre às leis ditatoriais de ontem, intactas um ano e meio depois da instalação da "Nova República".

Mais de um milhão de brasileiros estão em campanha salarial. Por uma razão muito simples: estão defendendo as necessidades vitais, suas e de suas famílias, por que vivem de seus salários. Não vivem de propinas, de ágio ou de juros. A CUT e os sindicatos estão com eles, como deveriam estar todos os que falam em democracia, em comprometimento com o povo; as autoridades sérias e responsáveis.

A função pública exige dupla responsabilidade: a de não mentir e a de não ser partidário.

Capitaneando a "Operação Primavera" engendrada pelo SNI, o Ministro da Justiça Paulo Brossard pisoteou-as na tentativa de impedir que os próprios trabalhadores decidam, democraticamente, como devem encaminhar as suas campanhas salariais e negociar com seus empregadores.

Mas, seriedade e respeito à realidade é coisa que esse Ministro não conhece.

Executiva Nacional da CUT

São Paulo, 10 de setembro de 1986



Uma das categorias mais mal pagas do país.

Greve dos bancários revela

Agora a luta é com o governo

A greve dos bancários inaugura uma postura nova dos patrões e do governo. Isso precisa ser discutido pelo movimento sindical. A afirmação é de Gilmar Carneiro, diretor do Sindicato dos Bancários de São Paulo e membro da Executiva Nacional da CUT.

— Qual a avaliação da greve feita pela diretoria do sindicato?

Gilmar: Nós ainda estamos em estado de greve. A paralisação dias 11 e 12 foi uma etapa da campanha salarial que ainda não está resolvida. No próximo dia 19 nós temos outra rodada de negociações com os patrões. Se não houver uma solução satisfatória para os bancários nós podemos voltar à greve no dia 23.

— Você acredita que é possível voltar a paralisar depois de ter retornado ao trabalho?

Gilmar: Sem dúvida que é possível. Nós temos uma grande concentração de bancos privados aqui em São Paulo em que o piso proposto pelos banqueiros está em 1.900 cruzados. É um piso abaixo da crítica. Nós estamos realizando assembleias regionais preparatórias a uma grande assembleia na praça da Sé dia 22.

E mesmo não tendo acabado ainda o nosso movimento, a greve dos bancários já apresenta duas contribuições históricas para as demais categorias, duas questões que precisam ser discutidas pelo movimento sindical brasileiro. Em primeiro lugar, pela primeira vez a Nova República tira a máscara e assume a defesa direta dos patrões. E isso não só frente aos bancários, mas frente à toda a população brasileira. Em nenhum período, em nenhum enfrentamento que o movimento sindical brasileiro teve antes, nem mesmo sob a ditadura, o governo usou da lei 4.330 para prender carros de som, e nossos carros de som estão presos. Nós tivemos 42 companheiros detidos em São Paulo, nós tivemos a cavalaria fazendo carga sobre piquetes pacíficos.

Essa violência toda deixou muito claro para todo o movimento que daqui para a frente a gente precisa se preparar para enfrentar não apenas os pa-

trões, mas os patrões e o governo, com todo o aparato repressivo que ele dispõe.

A segunda contribuição da greve dos bancários para os trabalhadores do país é ter deixado claro que no interior de uma campanha salarial de uma categoria a nível nacional você pode começar uma greve em todos os estados no mesmo dia, na mesma data, mas não pode terminar o movimento da mesma forma. Primeiro porque o movimento adquire contornos regionais que não podem ser desprezados, segundo porque a própria dinâmica de negociação e a relação com os tribunais do trabalho se desenrola com diferenças.

Uma campanha centralizada pela CUT certamente não terá esse problema, pois a negociação será direta com o governo a nível nacional, mas aí a luta já teria outro caráter. Numa campanha salarial de uma categoria não é possível querer que todo o mundo entre em greve e volte ao trabalho no mesmo dia com uma solução nacional unificada.

— Com relação ao dia 23, quando os bancários de São Paulo podem voltar à greve, vocês esperam que o resto do país acompanhe?

Gilmar: — Não, a princípio nós não acreditamos que todo mundo volte a paralisar dia 23, mas na nossa avaliação, se parar São Paulo, isso pode ter um efeito cascata. Claro que se o Brasil acompanhar isso é ótimo. Os banqueiros privados estão muito radicalizados e uma pressão nacional certamente seria bem mais eficaz. Mas isso não determina o nosso processo. Como eu disse antes, o movimento já adquiriu alguns contornos regionais importantes, e no nosso caso, se os patrões não aceitarem no mínimo a proposta do tribunal de São Paulo no próximo dia 19,



Suzana Pires

o mais provável é que a categoria volte à greve dia 23.

— A diretoria do Sindicato dos Bancários esperava uma reação tão forte do governo?

Gilmar: — Olha, sinceramente, considerando que estamos num período eleitoral, considerando o comportamento do governo nos últimos enfrentamentos, nas últimas greves que tinham ocorrido, nós pensávamos que o governo ia se manifestar do lado dos patrões, que ia fazer pronunciamento, mas não pensávamos que a repressão ia ser tão pesada. No ano passado, por exemplo, a polícia apareceu nas greves, mas ficou só observando. Este ano teve as prisões, a tentativa de impedir a qualquer custo as comissões de esclarecimento. Essa repressão toda, essa clareza com que o governo interviu para defender os lucros dos patrões num momento em que todo mundo sabe que quem está furando o Plano Cruzado são os próprios patrões, o governo vai pagar caro.

— O governo aproveitou a greve para jogar pesado contra a CUT. O ministro Paulo Brossard chegou a dizer que num momento em que Sarney estava nos Estados Unidos para negociar a dívida externa, a CUT realizar esta greve tinha o significado de uma punhalada pelas costas no presidente. A CUT está com essa bola toda entre os bancários?

Gilmar: Olha, isso aí é uma desonestidade do governo. Primeiro que CUT não foi nem é dona de movimento nenhum. A CUT teve uma participação exemplar na luta dos bancários. O Avelino teve uma postura maravilhosa. As CUTs estaduais deram todo o apoio que puderam ao movimento em seus estados. E a categoria dos bancários, os quase 600 mil bancários que fizeram greve, não é toda cutista, não. Quem dera fosse. Tem até alguns setores de direita dentro dos próprios bancários

que estão dizendo que o resultado não foi melhor por causa da CUT, porque a CUT interviu. Essa também é uma afirmação leviana. O governo reprimiu a greve não porque ela era da CUT, mas porque o governo é moleque de recado do patrão. Podia ser da CGT, podia ser qualquer coisa que o governo ia cumprir o mesmo papel.

— O governo este ano, além da repressão, tomou medidas para evitar que os banqueiros tivessem prejuízos durante a greve. Isso não esvaziou o poder de pressão da greve?

Gilmar: Não, não esvaziou não. A principal preocupação dos banqueiros é a opinião pública. E eles estão apavorados porque estão sentindo que os clientes já estão contra eles. Essa greve deu início a um processo de desgaste dos banqueiros que é quase irreversível.

— Tem mais alguma questão que você julgue importante?

Gilmar: Bom, como o *Em Tempo* é um jornal mais vinculado à luta dos trabalhadores e ao movimento sindical, é importante dizer que é preciso que o movimento sindical de todo o Brasil procure discutir a greve dos bancários. Porque em todo processo de greve daqui para a frente, as categorias vão enfrentar uma postura nova dos patrões e do governo. Os plásticos, os químicos, todas as categorias que têm campanha salarial agora em outubro precisam fazer essa discussão.

A CUT, por outro lado, tem uma responsabilidade grande daqui para a frente. A CUT precisa politizar as suas bases, demonstrar que a luta agora não é só contra o patrão mas também contra o governo de forma direta. Os companheiros que têm campanha salarial agora em outubro não podem entrar de sangue doce, entrar como entraram no ano passado. Isso é preciso deixar claro para todo mundo.

Muitos poderiam pensar que os bancários ganham muito. A realidade é bem diversa disso. Os salários atuais são ridículos e a proposta dos banqueiros inaceitável. Veja o quadro abaixo.

Quadro das propostas

Itens	atual	Proposta dos banqueiros	Decisão do tribunal
Piso escritório	Cz\$ 1.591,91	Cz\$ 1.900,00	Cz\$ 2.500,00
Piso portaria	Cz\$ 1.250,79	Cz\$ 1.500,00	Cz\$ 2.000,00
Piso chefia		Nada	Cz\$ 3.000,00
reajuste salarial		6,37%, 0% prod	12,54%
anuênio	Cz\$ 73,38	Cz\$ 81,00	Cz\$ 82,58
grat + quebra de caixa	Cz\$ 533,17	Cz\$ 630,00	Cz\$ 600,03
grat de função	50%	mantém	mantém
hora extra	30%	mantém	100%
ajuda transporte	Cz\$ 155,67	Cz\$ 172,00	Cz\$ 175,19
ajuda alimentação	Cz\$ 10,95	Cz\$ 15,00	Cz\$ 12,32
auxílio creche	2 MVR ou 1,5 c/emp	mantém	mantém
grat compensador	Cz\$ 204,67	Cz\$ 226,00	Cz\$ 230,33

Fonte: Folha Bancária de 17/09/86.

Rio Grande do Sul

Quatro eleições decisivas para a CUT

Com quatro eleições marcadas para os próximos dias, Novo Hamburgo, cidade do Vale dos Sinos, vive momentos decisivos para a implantação da Central Única dos Trabalhadores.

O principal sindicato é disputado por três chapas, numa categoria de 25 mil sapateiros. Desde 1981, quando o setor combativo do movimento sindical ganhou o sindicato de Metalúrgicos de Novo Hamburgo, a diretoria do sindicato dos sapateiros começou a se reciclar. O sindicato de metalúrgicos polarizava o movimento sindical, passando a investir na consolidação de posições mais combativas nos sindicatos da região. Construiu-se assim uma base sindical combativa no sindicato dos sapateiros. Na grande greve de outubro de 83, por exemplo, foi este setor quem assumiu a direção. A diretoria do sindicato manteve-se à margem da greve. No entanto, não se contrapôs a ela.

A Renovação pela base

No dissídio de abril de 85, viveu-se uma situação exemplar do que é hoje a diretoria do sindicato dos sapateiros: através da Comissão de Negociação conquistou-se delegados sindicais em todas as empresas com mais de 50 empregados. A diretoria foi contra isto, já que os patrões, em troca dos delegados, retirariam a ajuda de custo que davam ao sindicato (quinze salários mínimos mensais). A troca foi feita, mesmo contra a vontade da diretoria. No dissídio deste ano, por atitudes como esta, a diretoria desgastou-se muito frente à base.

A diretoria atual é muito heterogênea, com pessoas ligadas ao PDS, pelegos, e alguns membros combativos. O grupo de cipeiros e delegados sindicais assumiu a direção de fato do sindicato. Mais re-

centemente, vislumbrando a eleição sindical, vinha trabalhando no sentido de uma renovação completa da diretoria.

Este grupo elaborou um plano de trabalho e critérios para formação da chapa, definindo-se a realização de uma convenção, a partir de bases democráticas. Neste processo definiram-se no interior da articulação de delegados sindicais e cipeiros duas posições; uma que corresponde hoje à chapa 3, por uma convenção realmente democrática, onde todos os sapateiros pudessem participar, e outra definindo-se pelo apoio ao setor mais pelego do sindicato, contra a convenção. Na tentativa de manter uma unidade deste setor que vinha trabalhando no sindicato, realizou-se a convenção mesmo com a restrição de voto apenas aos que estavam em dia com a tesouraria. Além disso, não foi permitida a proporcionalidade na composição da chapa. O resultado desta convenção foi uma chapa de 24 nomes, eleita majoritariamente, e onde o setor combativo, tendo feito 39% dos votos, já saía prejudicado.

Golpe na democracia da CUT

Uma semana após a tirada da chapa em convenção, a DRT comunicou que o estatuto do sindicato não teria sido aprovado, assim a eleição teria de ser regida pela portaria 3.150. Com isto as vagas na chapa reduziram-se de 24 para 16. A proposta do setor que defendera a convenção democrática foi de que a composição dos 16 membros fosse refeita através da aplicação da proporcionalidade

apurada na convenção. A outra posição apresentou uma proposta de composição em que, dos 16 componentes da chapa, apenas dois representavam a articulação que obtivera 39% dos votos em convenção. Esta proposta era um flagrante desrespeito aos resultados da convenção, pois 39% corresponderia a 6 nomes na chapa.

O processo de negociação foi acompanhado pela direção estadual da CUT, que presidira a convenção. A proposta da CUT era pela composição da chapa respeitando a convenção. No entanto, o secretário-geral da CUT nacional, Paulo Renato Paim, intercedeu pela não tomada de posição da CUT Estadual, o que ao final acabou prevalecendo. Frente à transparência dos fatos, frente aos princípios de democracia operária que regem a CUT, esta posição foi, e é, claramente equivocada. De positivo sobrou o fato de que a CUT liberou os sindicatos a ela filiados a apoiarem qualquer uma das duas chapas frente a outra que é simpática a CGT.

Chapa 3 apoiada nas fábricas

Encabeçada pelo companheiro Milton da Rosa, a chapa 3 surge como alternativa para a categoria, no sentido de romper de vez com a prática da diretoria — atrelada aos interesses patronais —, e de construir um sindicato forte, combativo e democrático.

Mesmo lutando contra todo o aparato do sindicato — a chapa de situação recebe abertamente recursos dos patrões e apoio do PMDB, através da Prefeitura Mu-



nicipal —, a chapa 3 tem tido boa receptividade dentro das fábricas. Esta receptividade reflete um trabalho de base que vem sendo feito há mais de três anos na categoria. Presente em todas as campanhas salariais e linha de frente nas principais lutas travadas desde a criação da CUT, os integrantes da chapa 3 mostram, agora, sua identificação com a base e podem, apesar dos poucos recursos financeiros, sair vitoriosos. Esta vitória pode dar um novo impulso na implantação do sindicalismo combativo no Vale dos Sinos.

Bancários e metalúrgicos

Outra eleição importante é a do sindicato de bancários, onde a chapa 2 concorre com uma mulher na presidência e luta pela derrubada do arqui-pelego Roberto Rigon, candidato a vereador pelo PDS nas eleições de 82.

Com os principais bancos repre-

sentados na chapa, com o trabalho de organização e mobilização, a vitória, desde já, está praticamente garantida.

A terceira chapa de oposição enfrenta o pelego Adelino Laux, que está há mais de 20 anos na presidência do sindicato da Construção Civil. Embora a dificuldade de mobilizar a categoria, pela dispersão da base, é possível garantir um resultado favorável e a adesão de mais um sindicato operário à Central Única.

Os metalúrgicos, por sua vez, entram em campanha sem maiores dificuldades. O sindicato manteve a linha de frente nas mobilizações na categoria e na região, tendo grande respaldo da base. A chapa de oposição é frágil e pouco representativa. O companheiro João Machado, representante do sindicato junto à Federação e agora secretário geral, concorre à reeleição. Na vice, concorre Paulo Haubert, atual presidente da CUT do Vale dos Sinos.



Movimento estudantil

Rumo a unificação da militância petista

A direção nacional do PT marcou para o dia 3 de outubro, juntamente com a realização do Coneg (Conselho Nacional de Entidades Gerais da UNE), uma reunião dos estudantes do PT, visando discutir as tarefas gerais do partido na universidade neste período e as perspectivas de construção do PT no setor estudantil. Como preparação, serão realizadas reuniões estaduais até o dia 20 de setembro, com o envio de relatórios à executiva nacional até 28 do mesmo mês.

O longo processo de construção do PT no setor estudantil parece agora ter encontrado na da Executiva Nacional uma disposição maior em encaminhá-lo. Iniciado

êxito é preciso um instrumento em 1980, quando se realizou a primeira reunião de estudantes do PT no Congresso da UNE, inclusive com a presença do Lula, este processo passou por avanços e recuos que acabaram por minar a capacidade do partido de se construir como uma força efetivamente capaz de dirigir o movimento estudantil. As tentativas de se unificar o PT sempre às vésperas dos eventos (especialmente os congressos da UNE), o encontro nacional não realizado em junho de 1985, as derrotas sofridas pelo partido neste período, devem fazer parte do balanço a ser feito na preparação de um possível novo encontro nacional de estudantes do PT.

O sentido da construção do PT na universidade

As tarefas colocadas para o movimento estudantil possuem um

caráter global e nacional. Para realizá-las com êxito é preciso um instrumento político com forte implantação, capaz de organizar os militantes do movimento, dando um sentido de conjunto à fragmentação existente hoje.

Ou seja, é necessário construir o PT. E não apenas ou principalmente para uma disputa em torno do aparelho das entidades estudantis, mas sim para conseguir dirigir o movimento estudantil a uma posição de resolução apoio às lutas dos trabalhadores e para criar um referencial de conteúdo de ensino voltado aos interesses da grande maioria explorada do país, desmistificando a pretensa neutralidade que a burguesia diz ter a educação sob o capitalismo.

Mas estas necessidades políticas objetivas colocadas já há algum tempo não foram suficientes para

que a construção do PT avançasse no movimento estudantil. A composição heterogênea do partido do movimento, onde diversas correntes, com diferentes concepções do partido e do movimento disputam entre si, faz com que seja necessário um processo de construção que consiga sintetizar as diferentes experiências, sem que isto signifique simplesmente o somatório delas. Esta síntese é perfeitamente possível, desde que a existência dos organismos do PT não se limite às vésperas de convenção ou dos encontros. Os núcleos, as secretarias, plenárias e encontros são os espaços possíveis de conduzir a este processo de síntese.

Os avanços possíveis

Sem dúvida a marcação desta reunião, a criação de um grupo de trabalho nacional para iniciar dis-

cussão, o empenho que parece existir por parte da executiva nacional são bons indícios de que podem haver avanços na unificação da intervenção dos petistas no movimento estudantil. E a proposta de um encontro nacional de estudantes do PT para o próximo semestre, onde já depois do "sufoco" das eleições esta discussão possa ser aprofundada, pode se constituir em um primeiro passo importantíssimo para a construção do partido na universidade.

A reunião do dia 03 de outubro, embora não se constitua em fórum oficial do partido, pode propor já critérios para a convocação deste Encontro Nacional dos Estudantes do PT, que garantam a democracia interna do Partido, com a eleição de todos os delegados por instâncias ou plenárias do PT nas universidades e municípios. (FP)



O encontro de 17 de outubro: um marco, uma semente que deu fruto

Rio Grande do Sul

A garra, a dor, a alegria da trabalhadora rural

No dia 17 de outubro de 1985, um encontro de dez mil mulheres da roça em Porto Alegre rompeu décadas de silêncio. Um movimento novo, alentador e que traz nova cor para a organização popular. E que veio para ficar: no próximo dia 16 de outubro um novo Congresso será realizado em Porto Alegre.

Da sucursal de Porto Alegre

Em fevereiro de 85, em Ijuí, houve um encontro de trabalhadoras e de dirigentes sindicais de diversos municípios do Estado. As mulheres presentes discutiram a experiência que tinham e o trabalho que realizavam. Decidiram fazer encontros no Dia Internacional da Mulher para levar a discussão junto com centenas de companheiras nos municípios. Foi o primeiro passo mais firme para unir estas experiências.

No dia 8 de março foram realizadas comemorações em diferentes pontos do Estado. Nesta ocasião nasceu a idéia de realizar um grande encontro estadual, em outubro, em Porto Alegre.

A partir daí sucederam-se centenas de reuniões e encontros (em comunidades, municípios, regiões) com um número sempre crescente de mulheres trabalhadoras que se incorporavam à luta. Também, de forma organizada, foram construindo sua imprensa, elaborando orientações e soluções para seus problemas.

Passo Fundo e Porto Alegre centralizaram os encontros maiores. Deste processo surgiram as comissões por comunidade, por município, por região e uma comissão estadual. A comissão estadual, através de uma executiva, organizou o próximo grande passo do movimento: o dia 17 de outubro.

Força de milhares na luta

As dez mil mulheres que foram ao Gigantinho no 17 de outubro quebraram de vez o isolamento e romperam o silêncio: "botamos a boca no mundo, falando de nossa situação de vida e de trabalho, da exploração e da discriminação que sofremos, das nossas reivindicações e propostas de luta". Com depoimentos corajosos e com uma emoção muito forte, o encontro mostrou a todos que a mulher trabalhadora rural deixou de ser uma figura silenciosa na história para ser atuante.

Hoje, o Encontro do Dia 17 de Ou-

tubro é considerado o marco inicial do Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais. Ele enterrou a passividade das trabalhadoras e ficou sendo o espantanto dos dirigentes sindicais pelegos que se empenharam desde o início para destruí-lo.

Em dezembro de 85, a Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais foi à Brasília, para apresentar aos Ministros do Trabalho e da Previdência as reivindicações do Encontro Estadual. No 8 de Março de 86, não atendidas as reivindicações, as mulheres resolveram levar um abaixo-assinado repudiando o projeto da Previdência e reafirmando as reivindicações.

Que luta é essa?

A situação da mulher trabalhadora rural é de extrema exploração. Além de responsável pelo trabalho doméstico e pelo cuidado dos filhos — atividades não reconhecidas como trabalho pela sociedade e, portanto, não valorizadas como tal, consideradas "atribuições naturais" das mulheres — a mulher ainda trabalha como agricultora, na roça e no trato dos animais. No entanto, aí também a mulher não é reconhecida como trabalhadora. Por mais pesado que seja este trabalho e por mais tempo que lhe tome, ele é considerado como uma extensão das tarefas caseiras.

Assim, apesar da mulher trabalhadora rural ter dupla jornada e trabalhar mais tempo que o homem, não tem, frente à sociedade, o estatuto de trabalhadora nem os direitos decorrentes dele. Esta foi a luta central do movimento de mulheres da roça: reconhecimento da profissão e benefícios previdenciários. Nem os direitos mais elementares, que são conquistas das mulheres em outras categorias de trabalhadores, são assegurados à mulher trabalhadora rural. A mulher existe apenas como dependente do marido e não como trabalhadora.

Conquistas importantes

Como resultado desta luta toda, uma das reivindicações das mulheres trabalhadoras rurais foi atendida: agora, as mulheres têm direito ao auxílio acidente de trabalho. Com isso foi conquistado também o auxílio doença, aposentadoria por invalidez, pensão e reabilitação profissional.

Esta conquista representa um passo importante no reconhecimento da profissão.

Outra conquista importante é a participação da companheira Marlise Fernandes, do Sindicato de Três de Maio, na Comissão criada pelo Ministério da Previdência para estudar a situação da Previdência Social.

Até alguns meses atrás a maioria das mulheres trabalhadoras rurais era considerada "doméstica" nos seus documentos. Com a renovação dos títulos eleitorais, as companheiras passaram a exigir o reconhecimento da profissão neste documento. Enfrentando dificuldades e preconceitos, as mulheres de várias regiões do Estado foram firmes na exigência de fazer constar "trabalhadora rural" como profissão.

No sindicalismo rural, a situação ainda não é muito diferente. A maioria das mulheres não participa da vida do sindicato, não é sindicalizada, não pode votar e ser votada.

Vento novo nos sindicatos

No Rio Grande do Sul, há milhares de mulheres agregadas, meeiras, arrendatárias e também pequenas proprietárias de terra, que trabalham de sol a sol com a família. As mulheres representam 50% dos trabalhadores rurais e nesta condição têm pleno direito à participação em seus sindicatos.

Até bem pouco tempo atrás não havia espaço para as mulheres nos sindicatos. Através do Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais elas lutam pela conquista deste espaço: criaram

novas formas de organização e novas formas de luta — específicas de sua situação de mulheres trabalhadoras rurais — e também participam das demais lutas da classe, trazendo um ânimo novo e duplicando as forças do movimento.

Para o sindicalismo rural, a participação da mulher é um vento novo que tem tirado muita teia de aranha e levado muita coisa de arrasto. Como reação a isto, existe a tentativa, por parte de alguns, de que as mulheres se acomodem e se encaixem nas estruturas sindicais.

É um dos méritos principais do movimento das mulheres rurais ter criado uma organização autônoma, própria das mulheres e onde elas têm vez e voz. É com esta organização que criam-se as bases para a unificação das mulheres em suas lutas, e através dela organiza-se a atuação no movimento social — nos sindicatos, na Central Única, nas lutas.

Agora, o Congresso

Este grande movimento de mulheres trabalhadoras rurais está amadurecendo. Já obteve vitórias e tem pela frente lutas tão grandes quanto à discriminação da mulher. A decisão de organizar um Congresso foi tomada nas comemorações do 8 de Março. O Congresso será em Porto Alegre, nos dias 16 e 17 de outubro.

Em todo o Estado mobiliza-se a grande corrente de mulheres da roça, fazendo reuniões, trocando experiências, preparando proposições ao Congresso. A Comissão Executiva do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais está esperando a presença de mais de 500 companheiras. Após o Congresso será realizada a manifestação do dia 8 de Março, que desde já está sendo preparado para mais uma vez surpreender a todos: a grata surpresa pela demonstração de garra, de alegria e de toda a dor da mulher da roça!

A morte do grande timoneiro

Há dez anos, a 9 de setembro de 1976, morria Mao. Ele acreditou que o imenso campesinato pobre da China constituía a única força de combate viável na condição de ser enquadrada pelo partido.

Doente, impotente, parcialmente caduco, Mao morreu no dia 9 de setembro de 1976.

Mais rapidamente que após a morte de Stalin, as facções dirigentes do partido se precipitaram umas sobre as outras e acertaram as disputas que apenas a sobrevivência do árbitro supremo havia permitido deixar em suspensão.

O poder de direito ficou nas mãos dos que já o possuíam na realidade (o aparelho burocrático "clássico" e o exército) que se beneficiaram do incontestável apoio de uma população traumatizada pelo terrível fim do domínio maoísta.

Em alguns anos, os que, como Deng Xiaoping haviam sido expelidos para as latas de lixo da revolução pela vigilância de Mao e seus sectários, reto-

últimos quinze anos de sua vida.

A tal ponto preocupado com sua legenda e seu lugar na história, Mao não deveria ter ido até o fim. Como não se poderia admirar a façanha deste homem do campo que soube organizar o campesinato tradicionalmente indisciplinado da imensa China, dirigi-lo contra a ocupação japonesa e depois contra o exército bem mais moderno do Kuomintang e tomar o poder!

Alguns anos após a tomada do poder, transformações espetaculares vão se produzir: reforma agrária, nacionalizações, progressos sanitários, regressão da penúria tradicional, segurança nas cidades e, sobretudo, na China milenar, oprimida, desmembrada, humilhada há um século

A autonomia de Mao

Pode-se certamente citar textos (não oficiais) nos quais Mao ridicularizava a sagacidade de Stalin. Pode-se igualmente alinhar um número ao menos igual de citações onde ele afirma o contrário e coloca Stalin no mesmo plano de Marx e Lenin.

Se se toma a definição clássica que atribue ao verdadeiro estalinista a função de servir sobretudo aos interesses da burocracia soviética, Mao não se nutriu deste tipo de estalinismo.

Revolucionário convicto e corajoso, nacionalista desejoso de libertar o seu país do império estrangeiro, persuadido que o imenso campesinato pobre chinês constituía a única força de combate viável com a condição de ser enquadrada pelo partido, Mao procurou realizar seu sonho mesmo se fosse necessário ferir os interesses soviéticos.

Sempre o controle do exército

Contrariamente a muitos de seus camaradas chegados de Moscou, ele soube tirar algumas lições das terríveis tragédias provocadas pelas diretivas do Komintern durante os anos vinte. Ele nunca se esqueceu do esmagamento sangrento do proletariado em 1927 pelo "amigo fiel" Chiang Kai-Chek. Mesmo nos seus períodos posteriores de flerte com Chiang Kai-Chek, Mao recusará sempre perder o controle de seu exército, instrumento determinante na sua concepção de tomada do poder (os exércitos camponeses conquistarão as cidades).

Quando o exército vermelho chinês atravessou vitoriosamente o país em 1948-1949, ele o fez por sua própria conta e contra os interesses de um Stalin inteiramente consciente que uma China vermelha de algumas centenas de milhões de habitantes, libertada através de seus próprios recursos, lhe suscitaria mais dificuldades que a pequena Iugoslávia titoísta já bem incômoda.

Mao não era, portanto, "estalinista" como Thorez ou Togliati. Mas o estalinismo defi-



Mao encorajou um culto delirante de seu "pensamento"

nia igualmente uma certa concepção de partido e de Estado que não podemos detalhar. Sobre este plano, Mao era um estalinista exemplar e deve-se a ele desenvolvimentos originais no domínio do embrutecimento ideológico das pessoas e da sagacidade repressiva.

Mesmo durante o austero período de Yenan, quando os comunistas viviam nas grutas (não todos...), a maneira pela qual ele liquidou em 1942 a "oposição literária", após tê-la encorajado através de seus arrebatamentos anti-burocráticos, é típico de um método que ele utilizará mais tarde quando do episódio das Cem Flores em 1957 ou quando da Revolução Cultural em 1968.

O "grande dirigente"

É após a tomada do poder que as coisas deveriam apodrecer e que se perceberia que o verme estava dentro do fruto. Sua vertente voluntarista, visionária e violenta que lhe havia tanto servido à época da Longa Marcha o conduzirá a tomar iniciativas catastróficas e a encorajar um culto delirante de seu "pensamento", ao qual nem Stalin havia alcançado.

Imbuído de uma tradição imperial antiga de dois mil anos, ele se comportou como uma "grande dirigente" de forma ritualística chegando até a se designar várias vezes um delfim.

Após ter encorajado uma certa liberalização no vácuo do XX Congresso soviético, ele se assustou com a torrente contestatória que começou a florescer e retomou rapidamente as rédeas da situação.

Mao acreditava poder retirar a China do subdesenvolvi-

mento apelando ao espírito de sacrifício e à improvisação local: foi este o caso do Grande Salto antes de 1958 quando imensos exércitos de trabalho foram organizados nas comunas populares. O fracasso foi total. Revoltas camponesas explodiram, os mortos de fome se contaram novamente aos milhões. Em dezembro de 1958, Mao deveria ceder o seu cargo de chefe de Estado a Liu Shao-Ch'i.

De 1959 a 1967, Mao foi relegado ao papel de grande ideólogo em relação a quem todo mundo se referia de forma respeitosa para em seguida agir à sua maneira.

O aprendiz de feiticeiro

No sentido de reconquistar o poder, Mao deslanchará de forma bastante audaciosa em 1966 a Revolução Cultural, não hesitando em apelar ao espírito crítico da juventude.

Ela arrasará temporariamente os seus adversários no curso de um ano literalmente louco cheio de manifestações violentas, de celebrações desenfreadas de sua pessoa e de impiedosos massacres.

Quando se deu conta que estava a ponto de fazer o jogo de aprendiz de feiticeiro, Mao apagou através do exército fiel de Lin Piao o incêndio que ele havia ateado. Em seguida, determinou o assassinato de Lin Piao que havia se tornado muito incômodo.

Ele reinava novamente, mas para milhões de jovens guardas vermelhos desorientados, presos, dispersos nos campos o maoísmo esvaía morto.

A repressão da juventude e dos trabalhadores que haviam acreditado na marca do aprendiz de feiticeiro de Mao mesmo dez anos depois do seu desaparecimento.



A revolução cultural se apoiou sobre o espírito contestador da juventude

maram a direção do partido e do Estado. Reabilitou-se uma parte daqueles que haviam sido massacrados em nome do "pensamento de Mao", enquanto que, sob o olhar vítreo do "grandioso líder" conservado em seu mausoléu, a direção atual aplicava com um certo sucesso a política que ele havia combatido durante os

pelos potências estrangeiras, podia falar alto e com dignidade perante o mundo (basta lembrar a Conferência afroasiática de Bandung em 1955).

Mesmo durante esta fase ascendente da revolução chinesa, a personalidade e a ação de Mao continuaram bastante contraditórias. Era ele um estalinista?

CHILE LIVRE

EM TEMPO traz aqui dois testemunhos da guerra pela liberdade que se trava hoje no Chile. O primeiro deles é um artigo escrito pelo jornalista José Carrasco, presidente da Associação dos Jornalistas, alguns dias antes de ser preso e assassinado com treze tiros na cabeça. O artigo foi publicado no jornal uruguaio La Hora. O segundo é um flagrante da ousadia popular diante da fúria dos carabineiros durante as manifestações dos dias 2 e 3 de julho, que paralisaram 70% do país.

O que se está vivendo no Chile neste momento é, por um lado, o prosseguimento da ofensiva popular que marcou este ano e, por outro lado, o conjunto de dificuldades que está vivendo a ditadura para poder detê-la. Ou ao menos neutralizá-la.

Os meses de março, abril, maio e junho culminaram com a maior mobilização que já se realizou nos treze anos de ditadura: a greve nacional dos dias 2 e 3 de junho.

Essa ofensiva produziu evidentemente uma série de mudanças na situação política chilena. O mais importante é que se demonstra o que já era previsto pelas forças populares, em particular pelo Movimento Democrático Popular: quão decisivo seria o ano de 1986. As camadas médias que, mesmo golpeadas pela ditadura se haviam mantido um tanto reticente em participar ativamente da luta oposicionista, deram os passos necessários e agora conformam essa unidade político-social de setores muito amplos de nosso povo, que sempre se entendeu como indispensável para derrotar a ditadura.

A paralisação do dia 2 e 3 de julho demonstrou que a grande maioria do país não apenas está contra mas também está disposta a lutar contra Pinochet.

Em segundo lugar, demonstrou a existência de uma vontade prática unitária muito grande. Mais além das diferenças que existem entre as forças populares com as forças políticas de centro e outros setores, existe na base social um acordo básico, que se deve derrubar Pinochet se possível ainda este ano.

A intervenção norte-americana

Isto criou uma situação de mal estar no interior do regime, uma série de dificuldades que não haviam aflorado antes no seio das forças armadas. Que não significam maiores expectativas, mas que obrigaram o governo Reagan a intervir diretamente.

Em menos de trinta dias, os Estados Unidos enviaram delegados muito importantes como o Secretário de Estado para assuntos latinoamericanos e o chefe do Comando Sul norte-americano, general Galvin. Ambos vieram com uma missão muito clara e específica: convencer a Pinochet e os setores mais recalcitrantes do regime a abrir negociações com o centro e a direita, de tal maneira a isolar a esquerda e buscar uma saída que mantenha Pinochet até 1989.

A estreita vinculação entre a CIA e as forças repressivas chilenas vem desde o golpe e antes dele. Isto está comprovado historicamente, inclusive no

interior dos Estados Unidos. O assassinato do ex-chanceler Orlando Letellier é um dos casos mais evidentes.

Agora, o que se destaca é a existência de pelo menos duas posições, uma do Departamento de Estado e outra do Pentágono. Neste último, há um apoio irrestrito a Pinochet e em geral ao governo militar; no Departamento de Estado há uma busca para abrir um canal de diálogo entre setores do governo e setores da oposição de direita e centro-direita.

Duas linhas de ataque

Esta dupla postura permitiu a Pinochet driblar até agora as pressões. Mas, o crescimento do movimento popular fizeram com que a CIA e o Departamento de Estado aumentassem a sua presença no país. Fizeram com que se estabelecessem vínculos mais estreitos com setores das forças armadas, tratando de trabalhar em duas linhas: por um lado, levantar uma série de supostas denúncias contra o movimento popular sobre arsenais etc; por outro lado, pressionar para obrigar o governo a estabelecer um canal de negociação.

Para isso, eles têm utilizado um material que obtiveram como prova sobre o caso dos jovens queimados em julho. E esta prova os norte-americanos a utilizaram contra as forças armadas. Mas, as pressões se fizeram sentir tam-

bém no terreno da oposição. Por exemplo, o general Gelbald se reuniu abertamente com todos os setores dirigentes de direita e fez uma declaração final que, para o Departamento de Estado, a saída para o Chile estava em uma negociação entre as forças armadas e os setores de centro-direita, que excluiu expressamente o Partido Comunista, a todas as forças do Movimento Democrático Popular, no sentido de impedir que as forças populares tenham uma iniciativa real na saída democrática do país.

Também é certo que se a força do movimento popular obrigou os norte-americanos a terem que pressionar o governo para buscar uma saída, essa mesma força popular faz com que os setores recalcitrantes da ditadura se aferrem ao poder.

Um exemplo é o recente discurso do sub-comandante em chefe do Exército, Santiago Sincler que faz uma valorização de todos os conflitos havidos desde a Independência para terminar dizendo que hoje se está em guerra contra o comunismo, em defesa da civilização ocidental e cristã e que esta guerra não tem prazo para acabar. Portanto, enquanto houvesse uma guerra se manteriam no poder. Isto também permite ao movimento popular desenvolver sua aliança mais ampla com as forças políticas e sociais do país.

"Atirem! Atirem para que eles tenham medo!"

"Atirar para matar". A ordem de Pinochet para as forças de repressão foi a única resposta à convocatória de paralisação efetuada pela Assembleia da Civilidade, que reúne as dezoito entidades de oposição mais importantes do país. "Atirar para matar", a partir dos tanques, dos jeeps, dos caminhões repletos de tropas prontas para o combate, contendo as manifestações de repúdio na periferia e no centro de Santiago.

Ao meio-dia de 30 de junho, 150 jovens se postaram na porta da Universidade, liderados pela Federação dos Estudantes do Chile. O objetivo: a tomada da sede central. As consequências: um dispositivo militar que reuniu 500 a 700 soldados para enfrentar uma ação pacífica. "Carabineiro, ninguém controla a tua pontaria. Não dispares contra o povo", alertava com um megafone instalado em uma das janelas o vice-presidente da Federação dos Estudantes, Gonzalo Rovira. Depois, um jato de água calou o seu grito na alameda. Mas o grito continuou ressoando.



Os soldados trazem os rostos pintados de negro

Era o começo. Na tarde do dia 1º, centenas de jovens foram atingidos por gases quando realizavam uma assembleia de solidariedade com os presos da Faculdade de Medicina.

Desta vez, aos uniformes verdes dos carabineiros se somavam os "carapintados": as tropas do Exército, armadas com munições de guerra. Neste caso, aos 150 detidos se somaram 30 outros, enquanto a direção estudantil emitia um comunicado alertando as For-

ças Armadas sobre o crime institucionalizado que estavam apoiando. Não houve resposta. Só a ronda das tropas, rondando nesta noite os principais bairros de Santiago. Tanques, metralhadores, caras pintadas de preto para encobrir os traços, rajadas disparadas contra as moradias de madeira. As informações oficiais previam o fracasso da paralisação.

A capital mostrou outro estado de ânimo. As ruas de Santiago permaneceram va-

zias, mostrando a opinião generalizada de repúdio ao regime. As rádios de oposição, os poucos meios de comunicação não submetidos à chantagem oficial, alertavam sobre a possibilidade da instauração do toque de recolher. O governo prendeu os jornalistas das rádios Cooperativa, Carrera e Chilena que não cessavam de propagar a consigna da Assembleia da Civilidade: "Todos juntos e ao mesmo tempo".

Enquanto Santiago estavam paralisada, os bairros da periferia estava submetidas ao terror. Na madrugada do dia 2, às forças armadas se uniram às forças da Central Nacional de Informação (CNI). Com um tiro disparado de um veículo, foi assassinado Boris Vera, no bairro de La Victoria, quando cavava uma trincheira para impedir a passagem das forças de repressão. Poucas horas depois, uma menina de 13 anos saía pra comprar pão em Villa Los Copihues. Não voltou viva. "Atirem neles, atirem neles para que tenham medo", gritou um militar a outro e Na-

dia, assim se chamava a menina, caiu atingida por um balaço.

"Que pode fazer o povo com as mãos vazias?", reclamava uma moradora da periferia de Los Olivos frente às barricadas na noite do dia 2, enquanto os helicópteros armados para combate e com mira infravermelha disparavam sobre a população.

A resposta vinha com as detonações das bombas colocadas nas torres de iluminação pela Frente Patriótica Manuel Rodrigues. Ruidos surdos aplaudidos por quem, diante das chamas das barricadas, defendiam rua a rua e casa a casa a sua vida.

Com as rádios silenciadas, o governo acreditou ter as mãos livres para despejar em Villa Francia, Los Nogales, La Legua, Pudahuel ou Conchali uma espetacular ocupação de tropas. Mesmo que em suas caras pintadas se refletisse o medo ou o desespero diante da tenacidade destes homens, mulheres, velhos e crianças que lançavam pedras sobre as tropas de ocupação".